petrel



Guerra na Ucrânia

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

[v. 6 | n. 1] [março | 2024]

[v. 6 | n. 1] [março |

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

Expediente

Conselho Editorial:
Daniel Jatobá

Projeto Gráfico e Diagramação:
Isis Lopes
Felipe Alexandre Moura
Marco Octávio Meneses

Revisão:
Daniel Jatobá

Programa de Educação Tutorial -
Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais,
Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus
Darcy Ribeiro, Asa Norte - Brasília [DF]

CEP 70910-900 | petrel.unb.br

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET-REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, destaca-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET-REL é constituído por estudantes, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI)

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI) é um dos principais instrumentos pedagógicos do PET-REL. O LARI estabelece-se pelo uso de um conjunto de metodologias consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como Análise de Política Exterior, Análise Histórica de Relações Internacionais, Análise Crítica de Discurso, dentre outras. Com isso, constitui-se como esforço intelectual de captura, explicação e entendimento das dinâmicas das Relações Internacionais. O LARI oportuniza aos estudantes aprofundar e aprimorar conhecimentos essenciais para sua formação cidadã exigindo dedicação, disciplina, criatividade e pensamento crítico na construção e produção de análises internacionais. O LARI, pensado como um observatório da conjuntura internacional, permite aos estudantes produzir interpretações sobre as dinâmicas globais e que sejam cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se organicamente ao longo de todas as atividades desenvolvidas pelo PET-REL, com momentos especiais de encontros para discussão sobre temas pré-definidos, com base em um termo de referência construído coletivamente pelo grupo. O termo de referência (briefing) visa guiar os participantes e estimular o debate em torno de elementos de análise relevantes, possibilitando identificar variáveis e questões para serem consideradas nas análises. Vale pontuar que o LARI está aberto à participação de estudantes de outros cursos e instituições, no sentido de enriquecer a experiência e tornar o Laboratório ponte na construção de articulações interinstitucionais. Após o debate coletivo com base no termo de referência, os participantes partem para a etapa de produção de suas análises de conjuntura, teórica e metodologicamente embasadas. O conjunto dessas análises, corrigidas por pares pelos petianos e avaliadas pelo tutor, resulta na "Revista Petrel", um Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por fim, podemos afirmar que o PET-REL, através de atividades como o LARI, consolida-se como espaço de comunhão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectando o trabalho do grupo com o de nossa comunidade acadêmica.

Sumário

Apresentação - Dois anos de Guerra na Ucrânia: emergência e repercussões internacionais do conflito 8
Daniel Jatobá

As ameaças híbridas no contexto do conflito russo-ucraniano 16
Natália Grass

Guerra entre Rússia e Ucrânia: uma proxy war do Ocidente? 22
Lenira Vitoria Barroso de Oliveira

A interferência dos Estados Unidos no conflito entre Rússia e Ucrânia e as consequências para o sistema internacional 31
Mariana Nascimento

Rússia e Ucrânia: uma proxy war dos Estados Unidos 37
Camila Gomes

O nazismo ucraniano: causas, origens e consequências 42
João Paulo Urbano e Nathália Rabelo

As Consequências Ambientais da Guerra entre Rússia e Ucrânia 52
Isis Aquino

Weaponizing the environment in Ukraine: silent and neglected victim of war and International Law 60
Marina Morena Caires

The case of Putin's arrest warrant and the judicialization of international relations 66
Ana Helena Resende and Amanda Arrigo

Should the EU escalate in Ukraine? 73
Marco Octávio de Meneses

Sumário

Is China a credible mediator for the Russia-Ukraine war? 79
Lucas Cavalcanti dos Santos

Homophobic War in Ukraine: a queer eye on International Security 84
Felipe Alexandre Moura

Apresentação

Dois anos de Guerra na Ucrânia: emergência e repercussões internacionais do conflito

Daniel Jatobá*

* Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da UnB (PET-REL/UnB). Professor Associado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/UnB). Coordenador do Projeto de Extensão Laboratório de Estudos Diplomáticos (LED/UnB). E-mail: danieljatoba2008@gmail.com.

A Guerra na Ucrânia completou dois anos em 24 de fevereiro de 2024. A ofensiva militar de larga escala lançada pela Rússia no território ucraniano disparou o maior conflito armado na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Diante das estimativas de perdas humanas, entre civis e militares mortos e feridos, deslocamento da população ucraniana, destruição física das cidades e da infraestrutura do país, é difícil exagerar a dimensão do conflito em curso, ainda que se tenha em mente a conhecida afirmação, de autoria controversa, de que "na guerra, a primeira a morrer é a verdade". Para piorar, ao completar dois anos, não há sequer previsão de suspensão das hostilidades.

O número de vítimas civis foi de 27.449 (9.701 mortos e 17.748 feridos), do início do conflito a setembro de 2023, de acordo com as fontes mais recentes das Nações Unidas[2] . Os dados sobre baixas militares costumam ser ainda mais controversos: a guerra moderna é também uma guerra de informações. Enquanto os governos da Rússia e da Ucrânia tentam minimizar as perdas, há estimativas não oficiais ocidentais que indicam perdas na faixa de 300.000 baixas do lado russo (em torno de 120.000 mortos e 180.000 feridos) e na faixa de 190.000 baixas do lado ucraniano (em torno de 70.000 mortos e 120.000 feridos). Estima-se que o efetivo militar total de cada um dos países seja de 1.320.000 e 500.000, respectivamente.

O número de refugiados ucranianos registrados em outros países é de 6.308.600 e a estimativa de deslocados internos é de 3.674.000, totalizando quase um quarto da população ucraniana anterior à invasão russa de 2022[3]. Desde a anexação da Crimeia em 2014-5, a Rússia já controlava cerca de 7% do território ucraniano; com a guerra, o controle ampliou-se para 11%, sobretudo no Leste. Estima-se que 40% da infraestrutura elétrica do país tenham sido destruídos e que o PIB da Ucrânia decaiu pelo menos 30%

2 Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Fonte: https://www.ohchr.org/en/news/2023/09/ukraine-civilian-casualty-update-24-september-2023. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

3 Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Fonte: UNHCR. Ukraine situation: update flash #61, December 12th, 2023. Disponível em: https://data.unhcr.org/en/documents/details/105379. Acesso em 13 de dezembro de 2023.Acesso em 13 de dezembro de 2023.

desde o início da invasão.

Desde 2022, a Rússia tem empregado uma combinação de táticas convencionais, com o uso de suas forças armadas regulares e artilharia pesada em operações terrestres, aéreas e navais, e táticas não convencionais, como o apoio a grupos separatistas no leste da Ucrânia, o uso de forças paramilitares e o emprego de propaganda para desestabilizar o governo ucraniano e minar o moral das forças inimigas. Em contrapartida, o governo ucraniano tem resistido com tenaz determinação, mobilizando suas forças armadas e milícias voluntárias e valendo-se do massivo apoio financeiro e militar internacional, sobretudo dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Vale anotar que, com a intensificação deste e doutros conflitos internacionais, o gasto militar mundial em 2023 foi o maior desde a Segunda Guerra Mundial.

4 Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da UnB (PET-REL/UnB). Professor Associado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/UnB). Coordenador do Projeto de Extensão Laboratório de Estudos Diplomáticos (LED/UnB). E-mail: danieljatoba2008@gmail.com.

O apoio dos países ocidentais à Ucrânia atingiu cifras muito significativas nesses dois anos de guerra, mesmo que o suporte ocidental esteja aquém das promessas feitas e das insistentes solicitações ucranianas. Até o final de outubro de 2023, o montante de ajuda militar, financeira e humanitária à Ucrânia foi de cerca de 260 bilhões de dólares (em torno de 40% em ajuda militar, 54% financeira e 6% humanitária), com os países e instituições europeus liderando o grupo de doadores com pouco mais de 50% do total, seguidos dos EUA com cerca de 30%. Desse total, cerca de U$ 27 bilhões foram de ajuda militar em equipamentos pesados, 47% desse valor comprometido pelos europeus e 43% pelos norte-americanos4 . O suporte internacional dado pelos países da aliança ocidental aos ucranianos inclui o fornecimento de sistemas de defesa aérea, tanques e outros veículos de combate, equipamentos de artilharia e munição, drones, entre muitos outros. Apesar de vultoso, o apoio ocidental busca evitar um envolvimento direto no conflito, o que poderia levar os russos a lançarem mão de um ataque nuclear na Ucrânia ou mesmo de um ataque a algum dos trinta e um membros da OTAN, o que forçaria a organização a invocar o artigo 5º do seu tratado constitutivo, o qual estabelece um mecanismo de segurança coletiva pelo qual um ataque a qualquer membro é considerado um ataque a todos os demais.

A Guerra na Ucrânia emerge de um complexo jogo de interesses geopolíticos e históricos, no centro do qual está o atrito entre a expansão geográfica da OTAN e a política externa russa desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder. Como se sabe, a OTAN expandiu-se significativamente desde 1999, incorporando como membros plenos República Tcheca, Hungria e Polônia (1999), Bulgária, Lituânia, Letônia, Estônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia (2004), Albânia e Croácia (2009), Montenegro (2017) e Macedônia do Norte

(2020), o que foi percebido pela Rússia como uma ameaça à sua segurança e influência regional.

Putin expressou suas preocupações em sucessivas Conferências Internacionais de Segurança, como a de Munique em 2007, quando o líder russo protestou contra a alegada pretensão dos EUA de expandir o seu poder e o que chamou de "mundo unipolar". Para o influente site Politico, esse foi "o discurso no qual Putin nos contou quem ele era". Na Conferência de Bucareste em 2008, ele voltou a criticar duramente os Estados Unidos e manifestou oposição à anunciada inclusão da Geórgia e Ucrânia na OTAN; quatro meses depois, as forças armadas russas responderam aos ataques de nacionalistas da Geórgia à região separatista da Ossétia do Sul. A política russa envolve a retomada do poderio militar e um comportamento internacional à altura desse poderio, reinterpretando acordos firmados por Mikhail Gorbachev e Boris Yeltsin. Putin já expressou o desejo de "empurrar a OTAN de volta aos limites de 1997", buscando uma posição de equilíbrio de poder na região.

Estamos diante de um marco histórico das relações internacionais contemporâneas. Não tenho dúvidas ao afirmar que haverá um antes e um depois da Guerra na Ucrânia. Nesse sentido, a guerra já produziu repercussões internacionais significativas e com impacto direto no ordenamento internacional. Cabe listar alguns, mesmo correndo o risco de deixar de mencionar outras repercussões históricas do conflito.

No campo energético, a guerra produziu um redirecionamento das linhas de suprimento internacional, uma vez que a Rússia precisou buscar novos mercados em decorrência das sanções econômicas impostas em virtude da guerra, tendo encontrado boa disposição de China, Índia e outros países em adquirir dela petróleo e gás natural, não sem desconto frente aos valores pagos pelos europeus, que reduziram significativamente a participação nas exportações russas. A expectativa ocidental de que as graves sanções econômicas estrangulassem a capacidade russa de levar o conflito adiante frustrou-se rapidamente, com o desempenho econômico russo superando todos os prognósticos.

No campo das alianças militares, a guerra levou ao fortalecimento e à atualização da cooperação dos países ocidentais e destes com países de outras regiões, como Japão, Austrália e Índia. Após a invasão russa, realizou-se a adesão histórica da Finlândia à OTAN, a qual rompeu mais de meio século de neutralidade e estendeu em 1.340 quilômetros a fronteira entre um país da aliança atlântica e a Rússia. Ademais, é iminente a adesão da Suécia à OTAN, uma vez que em janeiro de 2024 foram superados

os óbices opostos até então pela Turquia; a qualquer momento, a Hungria, único país da aliança que ainda não aprovou a mudança, deve seguir o mesmo caminho e ratificar a adesão. As novas adesões redesenham o mapa da aliança atlântica, criando um novo cenário estratégico para a sua relação com a Rússia e outras potências, como a China.

A guerra também repercutiu na aceleração do estreitamento das relações entre a Rússia e a China, ao mesmo tem em que estes têm se afastado dos países ocidentais. Contudo, o gigante chinês se esforça politicamente para apresentar-se como um mediador confiável no contexto da guerra na Ucrânia e procura equilibrar-se entre, de um lado, evitar uma derrota militar russa e, de outro, evitar fornecer qualquer tipo de apoio mais direto em termos militares que possa levar os países ocidentais a impor sanções econômicas semelhantes às impostas aos russos.

Por fim, mas não menos importante, a guerra também criou a chance real de que armas nucleares venham a ser utilizadas após quase oito décadas de tabu nuclear. Essa hipótese não é descartada, nem por especialistas, nem pelas próprias lideranças russas. Portanto, após quase um século o mundo volta a conviver com o cenário de um conflito armado nuclear. Para agravar a situação, a guerra ocorre no contexto de um desmantelamento da ordem internacional do pós-Guerra Fria. Temos mais um caso de afronta às instituições internacionais, como o foram a invasão do Iraque pelos EUA (março de 2003), o conflito entre a Geórgia e a Rússia nas regiões da Ossétia do Sul e Abkhazia (agosto de 2008) e a anexação da região ucraniana da Crimeia pela Rússia (março de 2014), para ficarmos em alguns casos significativos. Destaque-se que se trata de ofensivas militares em larga escala iniciadas por Estados que são membros permanentes com poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, órgão encarregado da manutenção da paz e segurança internacionais.

Em um quadro mais amplo, sublinhe-se o desmantelamento da arquitetura da segurança internacional, decorrente de mudanças em três acordos internacionais que a sustentavam: (i) o Tratado de Mísseis Antibalísticos5 , assinado entre os Estados Unidos e a União Soviética em 1972 e vigente por trinta anos, até a retirada unilateral dos Estados Unidos em 2002; (ii) o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário6 , assinado em 1987 e vigente até a retirada dos Estados Unidos em 2019; e (iii) o Tratado de Forças Convencionais na Europa7 , assinado em 1990 pelos países-membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia, emendado em 1996 após a dissolução deste último e

5 Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da UnB (PET-REL/UnB). Professor Associado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/UnB). Coordenador do Projeto de Extensão Laboratório de Estudos Diplomáticos (LED/UnB). E-mail:

6 Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Fonte: https://www.ohchr.org/en/news/2023/09/ukraine-civilian-casualty-update-24-september-2023. Acesso em 13 de

7 Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Fonte: UNHCR. Ukraine situation: update flash #61, December 12th, 2023. Disponível em: https://data.unhcr.org/en/documents/details/105379. Acesso em 13 de dezembro de 2023.Acesso em 13 de dezembro de 2023.

vigente até a retirada total da Rússia, anunciada em 2015 após oito anos de suspensão parcial por parte da sucessora da União Soviética. Esses três acordos – conhecidos pelos respectivos acrônimos em língua inglesa, ABM, INF e CFE – tinham um sentido de contenção mútua entre a aliança atlântica, sob a liderança dos Estados Unidos, e a antiga União Soviética, tendo sido formalmente reconhecida a Federação Russa como responsável pelas obrigações assumidas antes da dissolução do império soviético. Vejamos resumidamente a trajetória do desmantelamento de cada um dos três acordos internacionais.

O acordo ABM foi adotado no contexto do diálogo entre as duas superpotências para limitar corrida armamentista, junto ao acordo SALT I, o qual estabeleceu um congelamento dos armamentos nucleares estratégicos por cinco anos. O acordo de proibição de sistemas antibalísticos fez parte da política de limitação das armas estratégicas realizada por Estados Unidos e União Soviética na época da distensão iniciada no início dos anos sessenta, logo após a solução da crise dos mísseis em Cuba e da crise derivada do fluxo de refugiados da Alemanha Oriental para Berlim Ocidental, esta última resolvida com a construção do Muro de Berlim. No contexto da era do terror nuclear e da destruição mútua assegurada entre Estados Unidos e União Soviética, a proibição de sistemas antibalísticos capazes de repelir os ataques do inimigo ao atingir os mísseis inimigos em pleno voo, antes destes alcançarem o alvo, conferiu alguma estabilidade às relações entre as superpotências.

O acordo ABM limitou os sistemas antibalísticos aos já instalados, com alto custo financeiro, nas respectivas capitais, deixando o restante das suas populações expostas a um eventual contra-ataque nuclear do inimigo. Tratava-se da conhecida lógica do equilíbrio do terror: para haver uma dissuasão entre as duas superpotências nucleares, cada uma delas entregava ao poderio nuclear do outro a vulnerabilidade de sua própria população. Em 2001, os Estados Unidos sob a administração George W. Bush anunciaram a saída do ABM, alegando que o acordo não mais atendia aos interesses estratégicos do país. Finalmente, em 2008, os Estados Unidos deram início à construção de sistemas antibalísticos na Polônia e na Romênia, em meio aos protestos de Putin que levaram a uma séria crise entre os russos e norte-americanos.

O segundo pilar estratégico desmontado foi o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, de 1987, firmado após uma campanha do então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbatchov, pelo desarmamento. O texto do tratado previu a destruição, no prazo de três anos, de todos os mísseis capazes de transportar ogivas nucleares de alcance entre 500 e 5500

quilômetros. Foi a primeira vez que as superpotências acordaram destruir parte dos respectivos arsenais nucleares, tendo se tornado um elemento fundamental da segurança internacional durante cerca de três décadas.

Em fevereiro de 2007, Putin defendeu durante o seu hoje famoso discurso na Conferência Internacional de Segurança de Munique que o tratado deveria ser revisto, uma vez que não incluía outros países a não ser a Rússia e os Estados Unidos. De fato, os mísseis de alcance de 500 a 5500 quilômetros dos aliados europeus da OTAN (como os britânicos e franceses), haviam quedado fora do alcance do acordo. A partir de 2008, os Estados Unidos e seus aliados da OTAN acusaram constantemente a Rússia de violar o tratado INF, ao testar novos mísseis de alcance intermediário, o que a administração Putin sempre negou. Em 2018, a administração Donald Trump anunciou que os Estados Unidos estavam suspendendo a participação no INF, tendo saído formalmente do tratado em agosto do ano seguinte. Desde então, ambos os lados têm anunciado a retomada de projetos de construção de mísseis com alcance intermediário, antes proibidos pelos termos dos acordos legados pelo diálogo Gorbatchov-Reagan nos anos 80.

Por fim, o Tratado das Forças Convencionais na Europa, assinado em 1990 por 22 países da OTAN e do antigo Pacto de Varsóvia, estabeleceu limites para o número de tropas e equipamentos militares convencionais na Europa. Em 1999, foi assinado um acordo de adaptação para refletir o fim do Pacto de Varsóvia e a expansão da OTAN. Os países da OTAN recusaram-se a ratificá-lo até que a Rússia cumprisse os novos limites de armas e compromissos anteriores. A Rússia suspendeu suas obrigações do tratado em 2007, seguida por uma suspensão formal em 2015, e a recente retirada formal comunicada em novembro de 2023. Os Estados Unidos e seus aliados também decidiram suspender a sua participação a partir do mês seguinte, em resposta à decisão russa. Tais movimentos marcam um ponto de inflexão na história do CFE e reflete o aprofundamento das tensões entre a Rússia e os países do Ocidente.

A guerra que ora completa seu trágico segundo ano nos força a repensar uma série de temas da agenda internacional, como as mudanças atuais e potenciais na distribuição do poder entre as grandes potências, seus impactos em termos das relações entre elas, e entre elas e os demais países, inúmeros aspectos ligados à agenda nuclear, como dissuasão nuclear, uso de armas nucleares táticas, não-proliferação, além de aspectos humanitários deveras significativos, entre outros temas.

A invasão da Ucrânia pela Rússia constitui flagrante e

inaceitável violação do direito internacional, disso não restam dúvidas. Da mesma forma, não há qualquer justificativa moral para todo o sofrimento humano nem a destruição das cidades e da infraestrutura doméstica produzida pela Guerra na Ucrânia nesses quase dois anos de conflito. Desse ponto de vista, a guerra é uma catástrofe ignóbil. Pode-se interpretar as razões que levaram à decisão do governo do presidente Vladimir Putin de invadir e ocupar parte do país vizinho e identificar um conjunto de condições que se combinaram para que a guerra tenha emergido. Mas não podemos, de forma alguma, justificá-la com base em qualquer norma de direito internacional ou qualquer relevante valor moral.

Dito isso, cabe ao leitor ou leitora debruçar-se sobre cada uma das análises que compõem a presente edição da Revista PET-REL. Toda guerra possui inúmeras facetas e pode ser analisada desde diferentes ângulos. Assim, em cada uma das análises a seguir os estudantes que participam do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília elegeram, com ampla liberdade na escolha do tema e da perspectiva analítica adotada, além da natural liberdade de opinião, desde que baseada em evidências empíricas e argumentação racional, algum elemento da atual conjuntura internacional que tivesse a Guerra na Ucrânia como centro de gravitação. O mundo não será o mesmo de antes, desde que o conflito em curso emergiu na cena internacional contemporânea. Esperamos que o público encontre, nas páginas a seguir, elementos factuais e olhares analíticos sobre esse marco histórico das relações internacionais.

Boa leitura!

Referências

Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel (2018). Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Manzini, Ezio (2019). Politics of the Everyday. Bloomsbury, 2019.

Santos, B. S. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo. 2016.

Snyder, Timothy. Sobre a tirania: Vinte lições do século XX para o presente. Companhia das Letras.

Tiburi, Márcia. Ridículo político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto. Rio de Janeiro: Record, 2017.

As ameaças híbridas no contexto do conflito russo-ucraniano

Natália Grass

O conflito entre Rússia e Ucrânia teve início em fevereiro de 2022 e se perpetua até o momento. Dentre as diversas problemáticas que o permeiam, o grave desrespeito aos direitos humanos, a destruição de patrimônios e as acusações de crimes de guerra são os mais repercutidos. A partir disso, abre-se um espaço para a ampliação de outras formas de ataque militar e civil de ambos os lados. Dentre essas, os ataques cibernéticos, ataques aéreos e intrusão terrestre no território ucaraniano.

Em grande medida, se faz necessária a distinção entre o que é ou não uma guerra civil, ou se esses ataques que vêm de lados diferentes podem ser ampliados e resultar em outros tipos de conflito. Com isso em vista, a presente análise busca compreender como os diversos tipos de ataque se configuram em um contexto de ameaças híbridas, bem como assimilar quais são os resultados desses tipos de ataques para os dois países envolvidos na guerra.

Guerra cibernética

De acordo com Bernardo Wahl (2022), não existe uma definição largamente aceita do que é a "Guerra Cibernética". Todavia, são apresentadas propostas de possíveis definições, ainda que não extensivas, sobre o assunto. Dentre elas, o conceito de Thomas Rid (2012), que explicita a inexistência da Guerra Cibernética, pois, de acordo com Thomas Rid, a guerra deveria ser violenta, possuir um teor instrumentalizado e ser atribuída politicamente (Rid, 2012). Nesse sentido, o autor dispõe que as ofensivas cibernéticas são constituídas por sabotagem e espionagem (WAHL, 2022), que visam adentrar no sistema adversário, enfraquecer um sistema militar ou econômico e estremecer a autoridade ou ordem previamente estabelecidas. A união dessas ameaças poderia, inclusive, derrubar um governo ou abalar as bases de sua constituição.

Um exemplo concreto e presente na relação entre os países é o ataque sofrido pelo site da marinha ucraniana no dia 6 de julho de 2021. Os hackers postaram relatórios falsos sobre os exercícios militares do International Sea Breeze-2021 no site. Ainda que não tenha sido comprovada a autoria do crime, o governo ucraniano já havia acusado a Rússia de orquestrar ataques deste tipo para "ganhar" uma guerra híbrida com o país. Ataques como esse enfraquecem a instituição e demonstram falhas que podem ser utilizados em momentos oportunos, enfraquecendo as instituições de um determinado país.

Dentre as diversas definições do que é a guerra, uma das mais famosas é a do autor clássico Clausewitz, em seu livro Da Guerra, em que a guerra é definida como sendo "a continuação da política por outros meios", tendo como principal objetivo o combate (Clausewitz, 1996, p. 27). Ao utilizar esse conceito, os ataques só seriam enquadrados como guerra no contexto de ameaças híbridas. De acordo com Clark e Knake (2010), a ameaça híbrida consiste no uso de técnicas regulares (já conhecidas e comuns) e irregulares (novas e utilizadas com baixa frequência), incluindo abordagem indiretas, como agentes terceirizados e não militares. A partir dessa definição, as ofensivas digitais podem ser definidas como "Guerra Cibernética" (Clarck; Knake, 2010).

Quando se pensa sobre as ameaças híbridas no contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia, imagina-se que há a união de táticas e estratégias que combinam a ação de forças irregulares, operações cibernéticas e manipulação política para alcançar metas estratégicas russas. A utilização de ataques cibernéticos também ocorreu no contexto da anexação da Criméia, em 2014, e não pode ser atribuída única e exclusivamente aos russos. A presença de grupos pró-Rússia no território, além da ineficácia de países como Estados Unidos e membros da União Européia, foram centrais na ocupação da região.

Paralelamente, há trinta anos de história de especulação sobre como as ferramentas e técnicas do cibercrime underground – ataques distribuídos de negação de serviço ("DDoS"), interrupção e comprometimento de serviços, desfigurações de páginas web e técnicas semelhantes – podem permitir que os civis desempenhem papel central em uma guerra "quente" entre nações desenvolvidas. Muito disso é especulação baseada em modelos criminológicos de baixo nível, grupos clandestinos de cibercrime e nas ligações entre estes movimentos "hacktivistas" clandestinos e bem organizados, tornando o futuro da

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

guerra híbrido, caótico e imprevisível.

Invasões russas

A partir do contexto de digressões no campo dos ataques cibernéticos, o governo russo é o que ataca de forma mais intensa e contínua (Alperovich, 2022). Dentre as principais ações russas, ocorreu o monitoramento de operações militares, uso de operações para interromper as operações militares e realizar a condução de operações psicológicas na população ucraniana.

Segundo Alperovitch (2022), a principal forma de se pensar sobre a intrusão no território é o monitoramento de operações militares, iniciadas a partir do grampeamento de comunicação das unidades militares, agências de inteligência e conceber ainda o posicionamento das tropas, bem como suas táticas defensivas. Em consequência, haveria uma facilitação das futuras e possíveis operações do governo russo.

A Rússia também poderia utilizar operações no ciberespaço para enganar militares e possivelmente interromper as operações das forças ucranianas, desviando as tropas ou mesmo enviando direções contrárias para gerar um atraso na defesa ucraniana. Essa interrupção de comunicação interferiu diretamente na coordenação e envio de tropas pela Ucrânia para locais mais afetados como Kharkiv e Mariupol. Outro mecanismo seria o de atingir bancos de dados digitais de logística das forças armadas, resultando na ilusão temporária do contingente, bem como atacar as redes de controle de tráfego aéreo, impedindo os voos civis e até mesmo o apoio internacional para ajuda humanitária (Naibo, 2022).

Um terceiro ponto importante seria a condução de "operações psicológicas". Esse mecanismo consiste na prática de ataques aos principais meios de comunicação, seja criando relatórios falsos ou mesmo espalhando rumores em redes sociais como o Whatsapp. Há ainda a possibilidade de ataque às redes elétricas, que poderiam deixar milhões de pessoas sem acesso ao calor durante o inverno rigoroso, e dificultar o acesso a recursos financeiros, como saques e transações em crédito.

O governo russo não tem a intenção de destruir locais e serviços que podem ser utilizados a seu favor, como a Siderúrgica Azovstal (Zappone, 2022). Ainda que os ataques cibernéticos sejam secundários no conflito em questão,

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

estes não podem ter seus efeitos ignorados, pois assim como os ataques militares, afetam também os civis não envolvidos no conflito. Essas operações servem, sobretudo, para enviar uma mensagem bastante clara aos líderes ucranianos: a resistência será inútil, uma vez que a Rússia está por toda parte (Alperovitch, 2022).

A partir do momento em que a Rússia não conseguiu alcançar o seu objetivo de derrubar o governo de Kiev, os militares russos passaram a ter dificuldades na conquista do território. Os desafios enfrentados pelos militares russos foram principalmente a demissão de oficiais e a morte de um número significativo de militares em combate (Wolf, 2022). O conflito russo-ucraniano reúne múltiplas arestas que envolvem atores relevantes nas relações internacionais. Durante oito anos, a Rússia culpou a Ucrânia pelo desfecho desta situação, através de uma mistura de fake news, acompanhada do revisionismo histórico da extinta União Soviética. A narrativa russa justifica suas ações devido ao conflito na Ucrânia: guerra híbrida e intervenção militar convencional (Clarke, Knake; 2010).

A guerra de desinformação está se tornando um dos principais objetivos do conflito. O jogo de guerra híbrido e a implementação de uma linguística poderosa denotam um caráter que por vezes não é subjetivo, mas apela ao poder de conquista que a Rússia almejava. Segundo o presidente russo, o objetivo oficial do ataque é a desnazificação da Ucrânia (Zappone, 2022). Nesse sentido, os ataques cibernéticos evidenciam o efeito de causa e consequências constantes, ora sendo meios para facilitar os ataques, ora consequência, como a desinformação nas redes sociais que afetam diretamente os civis ucranianos.

Se o dano econômico na Rússia se tornar grave o suficiente, Putin pode decidir que vale a pena ressaltar por meios não militares, como ataques cibernéticos. A opinião pública nos Estados Unidos vê os ataques cibernéticos como um meio muito diferente daquele usado na guerra convencional, uma vez que os ataques híbridos de tornam ferramentas intensificadoras no processo de conquista e ocupação territorial. Pode-se inferir que os Estados Unidos e os países europeus envolvidos no conflito ucraniano suportariam um certo nível de dano causado por um ciberataque russo (Zappone 2022).

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Conclusão

O conflito na Ucrânia tornou-se uma guerra global (ao envolver outros países com posicionamentos e doação de armamentos) implementada pela Rússia no momento da invasão. A desinformação é a principal ferramenta do Kremlin para justificar sua expansão em termos militares convencionais. As sanções ocidentais contra a Rússia tornam-se uma ferramenta de contrapeso – por meio do poder não militar – para impedir a conquista dos objetivos estratégicos russos. E a extrapolação territorial de suas consequências envolve tanto a ajuda financeira e militar dos países como a recepção de ucranianos em outros países como refugiados.

A partir do exposto ao longo do texto, pode-se compreender que as ameaças e ataques híbridos configuram um embate danoso e com pouca mediação. Além disso, o enfraquecimento institucional ucraniano serve de apoio para a expansão russa no território. Portanto, pode-se compreender que por meio das intrusões russas no território ucraniano também de forma híbrida, a guerra apresenta outro aspecto. Sendo esse aspectos fundamentais para a compreensão mais profunda da escalada do conflito, com ênfase nas táticas de espionagem russa como um intensificador no conflito. A resposta ucraniana, ainda que insuficiente, é crucial para a redução de danos no conflito. Por fim, há o destaque de influência e força russas, sobrepondo-se aos domínios ucranianos de forma consistente e contínua.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

ALPEROVITCH, Dmitri. How Russia Has Turned Ukraine Into a Cyber-Battlefield. Foreign Affairs, 28 jan. 2022. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2022-01-28/how-russia-has-turned-ukraine-cyber-battlefield. Acesso em: 13 mai. 2023.

CLARKE, Richard A; KNAKE, Robert K. (2010). Cyber War: The Next Threat to National Security and What To Do About It. Nova Iorque: HarperCollins, 290 p.

CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NAIBO, Gloria. The reality of cyber warfare: The Ukraine-Russia conflict as a catalyst for new dynamics in cyberspace. Praha, 2022. Diplomová práce. Univerzita Karlova, Fakulta sociálních věd, Katedra bezpečnostních studií.

PEARSON, James; BING, Christopher. The cyber war between Ukraine and Russia: An overview. Reuters, 10 mai. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/factbox-the-cyber-war-between-ukraine-russia-2022-05-10/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

RM STAFF. Why Hasn't Russia Unleashed 'Cybergeddon' in Its War on Ukraine?. Russia Matters, Harvard Kennedy School Belfer Center for Science and International Affairs, 04 mai. 2022. Disponível em: https://www.russiamatters.org/analysis/why-hasnt-russia-unleashed-cybergeddon-its-war-ukraine. Acesso em: 10 mai. 2022.

UKRAINE says Russian hackers hit its Navy website. Reuters. Disponível em: Ukraine says Russian hackers hit its Navy website | Reuters. Acesso em: 04 mai 2023.

WAHL, Jorge. A DIMENSÃO CIBERNÉTICA DA GUERRA ENTRE A RÚSSIA E A UCR NIA EM 2022: : UMA AVALIAÇÃO INICIAL PASSADOS 100 DIAS DO CONFLITO. Revista Hoplos, 6(10), 102-124. Recuperado de https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/54787 .

WOLFF, Josephine. Why Russia Hasn't Launched Major Cyber Attacks Since the Invasion of Ukraine. Time, 02 mar. 2022. Disponível em: <https://time.com/6153902/russia-major-cyber-attacks-invasion-ukraine/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ZAPPONE, Chris. Seven reasons Putin hasn't launched a cyberwar in Ukraine – yet. The Sydney Morning Herald, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.smh.com.au/world/europe/seven-reasons-putin-hasn-t-launched-a-cyberwar-in-ukraine-yet-20220421-p5af3o.html>. Acesso em 15 mai. 2023.

Guerra entre Rússia e Ucrânia: uma proxy war do Ocidente?

Lenira Vitoria Barroso de Oliveira

O conflito entre Rússia e Ucrânia teve início em 24 de fevereiro de 2022 com a invasão russa ao território ucraniano. Nesse contexto, o governo russo, representado pelo presidente Vladimir Putin, citou diversas justificativas para o ato, dentre elas a ameaça representada pela aproximação da Ucrânia com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desse modo, cabe evidenciar que o presidente Putin visualiza a expansão da OTAN no Leste Europeu como uma grande ameaça (BILEFSKY; PÉREZ-PEÑA; NAGOURNEY, 2023). Já a mídia ocidental busca ressaltar as perdas advindas do conflito, dentre elas as econômicas (JENKINS, 2023), a fim de sensibilizar a opinião pública mundial contra o governo russo.

Nessa perspectiva, a análise discutirá a atuação dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos e de nações europeias, na guerra travada entre Rússia e Ucrânia. Além disso, buscar-se-á investigar em que medida a ajuda desses países à Ucrânia poderia implicar na continuidade do conflito, isto é, fomentando sua escalada. Destarte, a presente análise procurará indagar se é possível considerar essa guerra, em alguma medida, como uma proxy war dos países ocidentais em relação à Rússia.

O conceito de proxy war

O conceito de proxy war é permeado por diversas interpretações acerca de seu emprego, no entanto, o que é constante na literatura sobre o tema é o seu uso para descrever a relação entre três Partes, sendo elas: a Parte que requer a intervenção indireta, a Parte que oferece a intervenção indireta e a Parte que é o alvo da intervenção (RAUTA, 2018, p. 453). No que se refere à visão de Rauta sobre o termo, ele o define como sendo uma interação armada violenta resultante da polarização de objetivos políticos conflitantes entre duas partes organizadas – um beneficiário e um alvo – em que ao menos uma das partes engaja a outra indiretamente, ao sustentar uma violência

coletiva por meio de uma terceira parte, sendo essa a proxy (ibid., p. 457).

Nesse contexto, a definição de Rauta traz um sentido mais relacional ao conceito e evidencia as nuances que envolvem esse fenômeno entre as partes envolvidas. Desse modo, faz-se possível analisar as partes envolvidas na guerra entre Rússia e Ucrânia a partir dessa dinâmica, ao considerar os países ocidentais, sobretudo, os Estados Unidos e alguns países europeus (como França, Alemanha e Reino Unido) como sendo os beneficiários; a Rússia como alvo e a Ucrânia como a proxy. Dentre os motivos que podem ser elencados para tal empreendimento seria o de enfraquecer o governo russo, principalmente no que diz respeito ao seu pretenso caráter expansionista – retórica utilizada por alguns países, dentre eles os Estados Unidos (PAÚL, 2022).

Sem embargo, essa aproximação teórica entre a guerra em questão e o conceito de proxy war pode não ser totalmente acurado, já que os beneficiários não são apenas uma única parte, mas sim diversos Estados – como os países supracitados – que integram a OTAN. Cabe, ainda, destacar que essa lógica de análise não busca isentar a Rússia de sua responsabilização pela guerra, haja visto que foi a invasão russa ao território ucraniano que deu início ao conflito.

O apoio dos países ocidentais à Ucrânia

Em relação ao apoio oferecido pelos países do ocidente à Ucrânia, cabe destacar o amparo bélico ao país. Nesse sentido, a União Europeia (UE) anunciou, no dia 3 de maio de 2023, que o bloco iria acelerar a fabricação de armas nos próximos doze meses, a fim de se engajarem em uma economia de guerra (JOYNER; WELLE, 2023). Ressalta-se ainda que esse é o terceiro pilar de um plano de ajuda à Ucrânia acordado entre os Estados-membros da UE. O primeiro consiste em recorrer aos fundos compartilhados para ressarcir os países do bloco que utilizarem de seus próprios estoques de armamentos para serem enviados à Ucrânia. Já o segundo pilar preconiza a aquisição de munições de maneira conjunta entre os países do bloco, a fim de prestar auxílio à Ucrânia (id., 2023).

É válido salientar ainda a iniciativa britânica de enviar projéteis para o uso da Ucrânia na guerra, contendo

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

como componente o urânio empobrecido – anúncio feito pelo governo britânico em março de 2023 (HOW SAFE IS DEPLETED…, 2023). A Ministra de Estado de Governança Corporativa, União Europeia e Envolvimento na Defesa do Indo-Pacífico da Grã-Bretanha, Annabel Goldie, enfatizou que esses projéteis são extremamente efetivos para serem utilizados em combate, principalmente, para destruírem tanques e veículos armados (UK TO SEND DEPLETED..., 2023). O presidente russo reagiu a essa decisão afirmando que a Rússia seria obrigada a reagir na mesma medida – o que poderia implicar no emprego de armamentos nucleares pelo país nos combates –; além de acusar o Ocidente de enviar armas para a Ucrânia que têm componentes nucleares (id., 2023).

Percebe-se a clara interferência dos Estados Unidos no conflito, que por meio da OTAN vem tentando expandir seu controle como uma forma de submeter os povos e países aos seus interesses (ESQUIVEL, 2022). Com o silêncio de diversos atores internacionais do ocidente acerca dessas ações expansionistas, silêncio esse que permaneceu inclusive sobre a ampliação das bases militares americanas e da OTAN em territórios limítrofes à Rússia, o desconforto e sentimento de insegurança russo inevitavelmente cresceu. Certamente este não é o único motivador da guerra, mas é de suma relevância perceber que os Estados Unidos, um dos maiores disseminadores de propaganda anti-Rússia, que condena aberta e veementemente a invasão à Ucrânia, possui também responsabilidade pelo conflito. Além disso, é possível afirmar que o envio de ajuda militar por parte dos EUA aos ucranianos tensiona ainda mais os conflitos, tanto entre Rússia e Ucrânia, quanto entre Rússia e EUA, atrapalhando o fortalecimento de recursos que realmente edifiquem a paz (ESQUIVEL, 2022).

Além disso, pode-se pontuar acerca do conteúdo dos documentos sigilosos do governo dos Estados Unidos, que foram supostamente vazados e amplamente divulgados nas redes sociais como o Twitter (NAGOURNEY, 2023). Esses documentos do Pentágono detalham, dentre outros temas, planos secretos tanto por parte do governo estadunidense como por parte da OTAN, objetivando favorecer o exército ucraniano (ibid., 2023). As informações reveladas nesses documentos podem corroborar para o entendimento de que os países ocidentais, sobretudo os membros da OTAN, possuem interesses de prolongar o conflito à medida em que, ao invés de incentivarem uma resolução negociada por meio de organizações internacionais, demonstram uma clara predileção a continuidade da guerra, principalmente, por meio do envio de armamentos à Ucrânia.

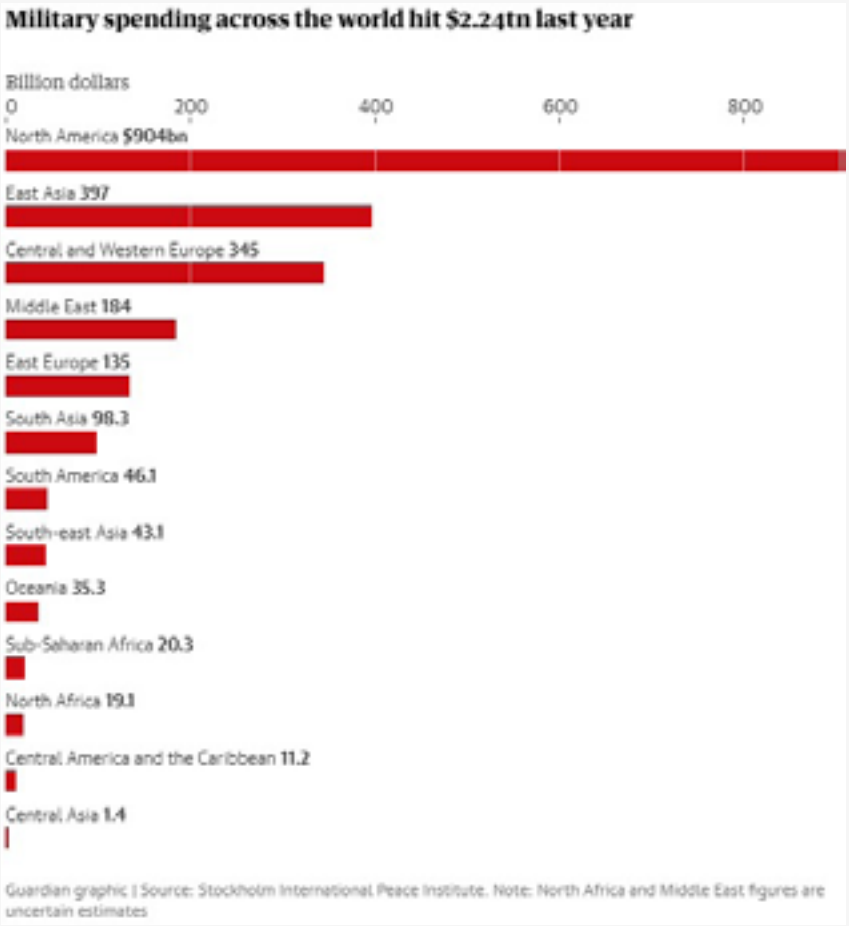
 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

A economia de guerra e a consequente continuidade do conflito

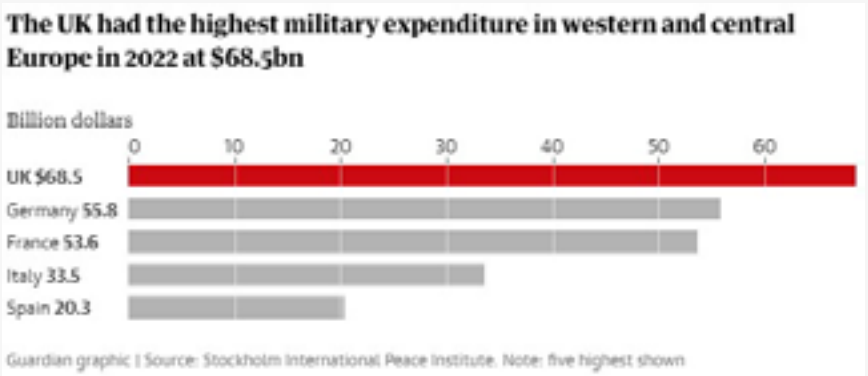
Se por um lado a guerra da Rússia e da Ucrânia caracterizou uma significativa desestabilização da economia mundial, por outro ela representou lucros, principalmente para a indústria armamentista de países desenvolvidos. Nesse sentido, vale destacar que um dos efeitos da guerra foi uma mudança na concepção de países europeus sobre o investimento em defesa, que beneficia, sobretudo, o mercado de armamentos que sustentam a guerra (RUSSIA'S ATTACK ON UKRAINE, 2023).

A Guerra da Rússia e da Ucrânia levou a um aumento significativo dos gastos com defesa na Europa Central e Ocidental em 2022, ultrapassando os valores do último ano da Guerra Fria, isto é, o ano de 1989 (BOFFEY, 2023). De acordo com dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), os gastos militares desta região alcançaram a cifra de US$ 345 bilhões, aumentando em 30% os gastos comparados à década anterior (ibid., 2023). Os gráficos apresentados a seguir, baseados nos dados disponibilizados pelo SIPRI referente aos gastos militares do ano de 2022, apresentam os gastos militares nas diferentes regiões do mundo, evidenciando a liderança do Reino Unido nos gastos deste setor na região.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024



Fonte: The Guardian, 2023.



Fonte: The Guardian. 2023

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Por conseguinte, a "economia de guerra" que persiste, especialmente no caso dos Estados Unidos, possui uma relação intrínseca entre o governo e os interesses privados, apesar desta economia gerar efeitos negativos consideráveis (COYNE; DUNCAN, 2013, p. 220). A crítica ao capitalismo destaca a interdependência entre o crescimento da economia de guerra e o imperialismo militar estrangeiro, na medida em que os investidores dessas indústrias armamentistas possuiriam a capacidade de engajar o Estado, provedor de armamentos, a se envolver, mesmo que indiretamente, em conflitos ao redor do mundo (ibid., 2013, pp. 234-235).

Ainda de acordo com os dados divulgados pelo SIPRI, em abril de 2023, os gastos militares aumentaram 13% no último ano, devido à guerra (UKRAINE WAR SPURS RECORD…, 2023). No que se refere à Ucrânia, o gasto militar do país aumentou 640% em 2022 – porcentagem essa que não inclui os valores dos repasses de ajuda financeira militar do Ocidente ao país (id., 2023). A estimativa do SIPRI é de que essa ajuda por parte do governo estadunidense representou cerca de 2,3% dos gastos militares dos Estados Unidos totalizando US$ 19.9 bilhões, em 2022 (WORLD MILITARY EXPENDITURE…, 2023). Esse é considerado o maior valor de ajuda militar dada por um país a um único beneficiário em apenas um ano desde a Guerra Fria.

Os dados supracitados corroboram para a compreensão de que existe, de fato, no conflito entre Rússia e Ucrânia, uma economia de guerra que possui agentes com interesses tanto econômicos quanto políticos, em fluxo contínuo na região. Destarte, as grandes empresas produtoras de armamentos se beneficiam com a continuidade do conflito e incentivam, com isso, seus governos a se engajarem indiretamente nele (COYNE; DUNCAN, 2013). Portanto, nota-se um movimento que indica um aumento dos gastos com defesa dos Estados europeus e dos Estados Unidos, motivados e incentivados pela Guerra entre Rússia e Ucrânia.

Considerações finais

A guerra da Ucrânia e da Rússia é permeada por retóricas distintas que dão ênfase a questões diversas quanto à interpretação desse conflito. A mídia ocidental busca ressaltar as perdas advindas do conflito, dentre elas as econômicas (JENKINS, 2023). Todavia, não se dá a mesma visibilidade à economia de guerra que foi construída nesse contexto e que corrobora para a continuidade desse

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

conflito interestatal. O envio de armamento militar para a Ucrânia, bem como o aumento dos gastos de países ocidentais por conta de seu auxílio ao Estado ucraniano, podem ser entendidos seja como uma ajuda internacional para um país que teve sua soberania atacada, seja como uma forma desses Estados enfraquecerem o governo russo, ao mesmo tempo que beneficiam suas grandes corporações produtores de armamentos militares.

Destarte, pode-se compreender, em certa medida, essa guerra como sendo uma forma de proxy war, por parte de um dos lados beligerantes, visto que a Ucrânia é apoiada por países que possuem interesses em enfraquecer a Rússia. Ademais, cabe pontuar que essa aproximação teórica – do conceito de proxy war para explicar a guerra entre Rússia e Ucrânia – não deve ser feita de forma automática, mas sim com ressalvas quanto à aplicabilidade desse conceito neste caso. Outrossim, essa possível conexão de forma alguma deve exonerar as responsabilidades da Rússia quanto ao conflito, tendo em vista que esse país de fato invadiu o território ucraniano, violando assim a soberania desse Estado.

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

BILEFSKY, D.; PÉREZ-PEÑA, R.; NAGOURNEY, E. The New York Times, fev. 2023. Disponível em: https://www.nytimes.com/article/russia-ukraine-nato-europe.html. Acesso em: 03 jun. 2023.

BOFFEY, D. Defence spending in western and central Europe tops last year of cold war. The Guardian, abr. 2023. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2023/apr/24/defence-spending-in-western-and-central-europe-tops-last-year-of-cold-war#:~:text=The%20thinktank%20reports%20that%20spending,norms%20of%20the%20recent%20past. Acesso em: 03 jun. 2023.

COYNE, C. J.; DUNCAN, T. K. The Origins of the Permanent War Economy. The Independent Review, v. 18, n. 2, pp. 219–240, 2013.

How safe is depleted uranium and why is the UK's decision to send it to Ukraine prompting debate? Euronews, abr. 2023. Disponível em: https://www.euronews.com/2023/04/03/uk-says-it-challenger-2-tanks-for-ukraine-will-include-shells-containing-depleted-uranium. Acesso em: 3 jun. 2023.

JENKINS, B. M. Consequences of the War in Ukraine: The Economic Fallout. Rand Corporation, mar. 2023. Disponível em: https://www.rand.org/blog/2023/03/consequences-of-the-war-in-ukraine-the-economic-fallout.html#:~:text=The%20war%20in%20Ukraine%20was,to%202.2%20percent%20in%202023. Acesso em: 14 mai. 2023.

JOYNER, E. União Europeia quer aumentar produção de munições para ajudar a Ucrânia. G1, mai. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/05/05/uniao-europeia-quer-aumentar-producao-de-municoes-para-ajudar-a-ucrania.ghtml. Acesso em: 14 mai. 2023.

NAGOURNEY, E. A Quick Guide to What the Leaked U.S. Intelligence Documents Say. The New York Times, abr. 2023. Disponível em: https://www.nytimes.com/article/leaked-documents-ukraine-russia-war.html. Acesso em: 14 mai. 2023.

PAÚL, R. O que é o 'Mundo Russo' que Putin quer unificar. BBC News Mundo, mar. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60664533. Acesso em: 3 jun. 2023.

RAUTA, V. A structural-relational analysis of party dynamics in proxy wars. International Relations, v. 32, n.4, pp. 449–467, 2018.

Referências

Russia's attack on Ukraine means more military spending. The Economist, mar. 2023. Disponível em: https://www.economist.com/business/2022/03/05/russias-attack-on-ukraine-means-more-military-spending

Ukraine war spurs record global spending on military, Stockholm think tank says. Reuters, abr. 2023. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/ukraine-war-spurs-record-global-spending-military-stockholm-think-tank-says-2023-04-23/. Acesso em: 14 mai. 2023.

UK to send depleted uranium shells to Ukraine: What are these munitions that has Vladimir Putin seeing red?. Firstpost, mar. 2023. Disponível em: https://www.firstpost.com/explainers/uk-depleted-uranium-shells-ukraine-ammunition-vladimir-putin-dangers-12331902.html. Acesso em: 14 mai. 2023.

World military expenditure reaches new record high as European spending surges. SIPRI, abr. 2023. Disponível em: https://www.sipri.org/news/2023/world-military-expenditure-reaches-new-record-high-european-spending-surges-0#:~:text=The%20United%20States%20remains%20by,the%20world's%20second%20largest%20spender. Acesso em: 3 jun. 2023.

A interferência dos Estados Unidos no conflito entre Rússia e Ucrânia e as consequências para o sistema internacional

Mariana Nascimento

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1945), após apenas dois anos, a Guerra Fria (1947 - 1991) emergiu e durou por mais de quatro décadas. Fruto da disputa ideológica entre os sistemas políticos e econômicos da época, além da corrida armamentista e do desenvolvimento de armas nucleares. A Guerra Fria, junto com as Grandes Guerras precedentes, alteraram o Sistema Internacional, que se tornou rígido, bipolar, com pouca margem para manobra e repleto de zonas de influências (NYE e WELCH, 2014).

Em 1991, após o fim da Guerra Fria, os EUA preencheram efetivamente a posição de hegemonia mundial. A sua principal e única concorrência, a antiga URSS, foi arrasada, com seus sistemas econômico, político e financeiro completamente desmantelados (NYE e WELCH, 2014). Assim, muito diferente do que muitos acreditavam, o Sistema Internacional possivelmente nunca esteve tão longe da multipolaridade. Os Estados Unidos, junto da OTAN, da União Europeia, da OCDE e de outros atores ocidentais, definiram a forma como o mundo iria funcionar. A ideia que vincula a democracia e a liberdade com o capitalismo e o liberalismo econômico passou a ser fortemente difundida por todo o globo e as instituições financeiras passaram a definir quais eram as políticas mais pertinentes ao "desenvolvimento" (CHOMSKY, 2015).

É importante fazer essa contextualização, pois com a explosão do conflito entre Rússia e Ucrânia, surgiram, na mídia ocidental, muitos comentários de que esse seria um retorno à Guerra Fria, graças ao envolvimento dos EUA no confronto. Alguns jornais brasileiros, como a CNN Brasil, por exemplo, chegaram a circular matérias sobre o conflito com o seguinte título: "Invasão acelera início da nova Guerra Fria" (SANT'ANNA, 2022). Porém, embora essa seja uma situação que remeta ao período, graças a disputa imperialista ligada às questões ideológicas, a disputa vigente difere-se bastante da guerra que se sucedeu de 1947 a 1991 (CRUZ e RUÍZ, 2022).

Os Estados Unidos no conflito Rússia x Ucrânia

Percebe-se a clara interferência dos Estados Unidos no conflito, que por meio da OTAN vem tentando expandir seu controle como uma forma de submeter os povos e países aos seus interesses (ESQUIVEL, 2022). Com o silêncio de diversos atores internacionais do ocidente acerca dessas ações expansionistas, silêncio esse que permaneceu inclusive sobre a ampliação das bases militares americanas e da OTAN em territórios limítrofes à Rússia, o desconforto e sentimento de insegurança russo inevitavelmente cresceu. Certamente este não é o único motivador da guerra, mas é de suma relevância perceber que os Estados Unidos, um dos maiores disseminadores de propaganda anti-Rússia, que condena aberta e veementemente a invasão à Ucrânia, possui também responsabilidade pelo conflito. Além disso, é possível afirmar que o envio de ajuda militar por parte dos EUA aos ucranianos tensiona ainda mais os conflitos, tanto entre Rússia e Ucrânia, quanto entre Rússia e EUA, atrapalhando o fortalecimento de recursos que realmente edifiquem a paz (ESQUIVEL, 2022).

Contudo, é muito interessante observar que em uma tentativa de expansão do poder, os EUA, agindo por meio da OTAN, acabou expondo o declive da sua hegemonia. É possível constatar ao analisar a disputa de interesses entre o Ocidente e o Oriente, por exemplo, que expõe como o apoio econômico chinês aos russos foi capaz de fortalecer a relação entre esses países e amortizar os impactos das sanções econômicas à Rússia (CRUZ e RUÍZ, 2022). Isso mostra que as ações dos EUA estão limitadas a condenações, imposição de sanções econômicas e ao apoio militar e econômico aos ucranianos, feitos que estão sendo driblados pelos russos, com apoio da China, principal concorrente dos americanos atualmente. Sendo o poder, segundo Joseph Nye Jr. e David Welch (2014), a capacidade de atingir seus próprios objetivos, afetando os outros para conseguir o que deseja, percebe-se que o poder dos EUA aparenta estar em decadência.

Ainda assim, é importante mencionar - para que a análise seja o menos enviesada possível - que a capacidade dos Estados Unidos, junto com os outros países do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de utilizar a resolução Uniting for Peace, pela segunda vez desde a história da sua criação, para impor sanções a Rússia, demonstra que essa nação ainda detém um potencial de

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

poder significativo. Não é a segunda, nem a terceira vez que os países do CSNU não entram em consenso por terem uma das nações diretamente envolvidas no conflito, mas nem por isso a resolução foi utilizada várias vezes antes. Isso corrobora com o conceito de potencial de poder definido por Karl Deutsch (1982), que diz que se um país é capaz de aprovar 75% das suas propostas na Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU), por exemplo, enquanto o outro só é capaz de aprovar 25%, é possível inferir que tem mais poder o país que mais aprova.

Impactos no Sistema Internacional

A partir desses contextos, percebe-se que o Sistema Internacional foi fortemente estremecido nas últimas décadas (FERNANDEZ, 2022). A crise do modelo econômico neoliberal, a instabilidade social e econômica trazidas pela pandemia e a guerra, sem fim aparente, iniciada com a invasão da Rússia à Ucrânia, deixaram expostas fragilidades dos EUA, país hegemon do atual sistema. Embora a crise da hegemonia americana pudesse ser observada desde os anos 1970, atualmente ela se mostra mais nítida já que os EUA ganharam um novo competidor, que dessa vez parece que vai superá-lo.

A China conseguiu relativo êxito em lidar com a pandemia. Segundo o Banco Mundial (BM) o PIB anual chinês cresceu em 2,2% em 2020, enquanto a economia mundial recuava mais de 3%. Além disso, até hoje, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, a China acumula, aproximadamente, cento e onze mil mortes por covid, enquanto as mortes nos EUA passam de um milhão. O número de mortes dos americanos é quase dez vezes maior que o dos chineses, mesmo possuindo uma população quatro vezes menor. Esses fatores, junto da atuação americana nos conflitos entre Rússia e Ucrânia, acrescidos dos problemas que os EUA vem enfrentando há alguns anos, como a disputa comercial com a China, apontam uma possível derrocada da hegemonia americana.

Os Estados Unidos tentam a todo custo afirmar seu papel como hegemon, e mesmo com a chegada de Biden à presidência e a expectativa de um retorno triunfal do país para a cena internacional (CRUZ e RUÍZ, 2022), as tentativas não conseguem o sucesso esperado. E com isso, fica a pergunta do que acontecerá com o Sistema Internacional nos próximos anos, será que finalmente o

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

multipolarismo será alcançado, um novo hegemon surgirá ou o próprio Estados Unidos conseguirá reafirmar e se consolidar novamente como potência hegemônica? Essas são perguntas importantes que muito provavelmente conduzirão diversas análises das Relações Internacionais.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

DEUTSCH, K.W. Análise das relações internacionais. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ESQUIVEL, Adolfo Pérez. Sobre causas justas, guerras injustas y construcción de paz. Estados Unidos: miradas críticas de Nuestra América: el papel de Estados Unidos y la OTAN en la guerra de Ucrania: intereses, geoestrategias y proyecciones #8/ Claudio Gallegos... [et al.]; coordinación general de Mariana Aparicio Ramírez... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: https://www.clacso.org/boletin-8-estados-unidos-miradas-criticas-desde-nuestra-america/. Acesso em: 10/05/2022.

FERNÁNDEZ, Dídimo Castillo. Guerra sin fin en la antesala de la desglobalización. Estados Unidos: miradas críticas de Nuestra América: el papel de Estados Unidos y la OTAN en la guerra de Ucrania: intereses, geoestrategias y proyecciones #8/ Claudio Gallegos... [et al.]; coordinación general de Mariana Aparicio Ramírez... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: https://www.clacso.org/boletin-8-estados-unidos-miradas-criticas-desde-nuestra-america/. Acesso em: 10/05/2022.

CRUZ, Karla Villalobos e RUIZ, Jesús Eduardo González. La guerra en Ucrania: Disputa de intereses entre Occidente y Oriente. Estados Unidos: miradas críticas de Nuestra América: el papel de Estados Unidos y la OTAN en la guerra de Ucrania: intereses, geoestrategias y proyecciones #8/ Claudio Gallegos... [et al.]; coordinación general de Mariana Aparicio Ramírez... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: https://www.clacso.org/boletin-8-estados-unidos-miradas-criticas-desde-nuestra-america/. Acesso em: 10/05/2022.

CHOMSKY, Noam. Requiem for the American Dream. Kelly Nyks [et al]. Estados Unidos: Netflix, 2015.

NYE, Joseph S. Jr.; WELCH, David A. Understanding global conflict and cooperation: introduction to theory and history. 9th ed. Edinburgh: Pearson, 2014.

SANT'ANNA, Lourival. Invasão acelera início da nova Guerra Fria. CNN BRASIL. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-acelera-inicio-da-nova-guerra-fria/. Acesso em: 31 mai. 2023.

THE WORLD BANK. World development indicators. Disponível em: https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/. Acesso em: 10 mai. 2023.

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em: https://covid19.who.int/. Acesso em: 10 mai. 2023.

Rússia e Ucrânia: uma proxy war dos Estados Unidos

Camila Gomes

A organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), fundada ainda sob o contexto da Guerra Fria e para se opor à então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não suspendeu suas atividades com a dissolução, em 1991, de seu antagonista. Comumente mencionada por seu acrônimo, a OTAN, desde o fim da Guerra Fria, realizou intervenções pontuais em diferentes momentos, como durante a Guerra do Kosovo, em 1999, e em 2011, durante a Primavera Arábe na Líbia.

Possuindo como seu principal objetivo a busca por "garantir a liberdade e segurança de todos os seus membros por meios políticos ou militares" (NATO, 2022, tradução nossa) a partir de princípios regidos pela defesa coletiva (id.), a Organização seguiu ampliando sua presença apesar de suas atuações esporádicas. Expandindo de 12 países integrantes no momento de sua criação, em 1949, para 31 membros até abril de 2023 (NATO, 2023), a aliança se aproximou, gradualmente, das fronteiras russas.

A adesão à OTAN de países fronteiriços com a Rússia, como as repúblicas bálticas da Letônia e Estônia em 2004, resultou na intensificação de um sentimento de desconfiança russo para com as intenções da organização militar ocidental. Tal desconfiança, influenciada pelo papel dos Estados Unidos dentro da Organização como líder influente e detentor do maior potencial econômico e militar (GLOBAL…, 2023) da aliança, tornou a possibilidade de conflitos influenciados direta ou indiretamente pela aliança mais iminentes. Neste cenário e partindo de uma premissa realista como a proposta por John Mearsheimer (2001), onde os Estados tendem a almejar por um cenário em que conquistem e permaneçam constantemente em uma posição de maior poder quando em relação a outros Estados, não é de se estranhar que a Rússia tenha observado com desconfiança essa expansão da OTAN (BBC News, 2023).

De acordo com os objetivos de ampliação da aliança militar criada pelo ocidente, a Ucrânia, sob o comando de Volodymyr Zelensky, intensificou publicamente as

intenções do país que divide grandes fronteiras com a Rússia de ingressar na Organização. Com aparições oficiais na sede da OTAN (NATO, 2019) e recebendo apoio público de autoridades de países membros e influentes, como EUA (Vazquez, 2021), o estopim para a Rússia invadir o território ucraniano foi, assim, desenrolado sob este contexto. Ainda com base na teoria realista ofensiva de Mearsheimer, resta, então, questionar: teriam os EUA enxergado no momento de instabilidade instaurado a partir do intuito público ucraniano de ingressar a Organização do Tratado do Atlântico Norte uma oportunidade de enfraquecer a Rússia, voltando a fortalecer seu papel hegemônico no cenário internacional através de uma proxy war?

Proxy wars e seu potencial agravante

Conforme defendido por Andrew Mumford (2013), proxy wars acontecem quando atores, usualmente representados nas figuras de Estados, promovem e/ou auxiliam em guerras de maneira indireta. Tais ações são concretizadas por meio de diferentes tipos de assistência para países diretamente envolvidos em conflitos. É mediante o provimento de, entre outros, treinamento militar, armamento e auxílio financeiro que atores externos consumam o fenômeno de proxy wars.

Com o avanço de meios que permitem a realização de rápidas trocas entre diferentes atores inseridos no sistema internacional, esse envolvimento de outros Estados em conflitos tornou-se cada vez mais comum. Por meio dessa prática, é possível que atores, ainda que geograficamente distantes, apoiem a manutenção de confrontos diversos, possuindo potencial para ditar resultados parciais e os rumos definitivos de um embate, mesmo sem qualquer atuação direta comprovadamente registrada.

Referida possibilidade de escalada de conflitos que o apoio de atores externos pode causar é, porém, de difícil mensuração. É inegável, porém, que o envolvimento indireto de atores pode aumentar o potencial destrutivo através dos meios utilizados e potencializar a hostilidade já existente entre os envolvidos. Pode também, notadamente, dificultar o processo de conciliação e definição de acordos de paz entre as Partes envolvidas. Dessa forma, a utilização de conflitos em curso por parte de atores que não estejam diretamente envolvidos, além de minimizar riscos, danos e custos ao país que se utiliza da proxy para alcançar seus interesses, torna, ainda, mais distante e danosa a busca

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

por uma resolução rápida das divergências que levaram à eclosão da guerra e a sua posterior continuidade.

O papel da OTAN e sua presença na guerra entre Rússia e Ucrânia

A OTAN, formada atualmente por 31 países, se desenvolve em um cenário em que os Estados Unidos é um de seus atores centrais (Shifrinson, 2016). Por seu grande contingente militar, assim como por seu poder econômico e por sua posição no cenário internacional, a potência norte-americana, apesar de não tomar decisões unilaterais, possui boa capacidade de influenciar as decisões dentro da Organização. Tal fato consolida-se em afirmações do Presidente Biden, de que, por exemplo, "a OTAN apoiaria a Ucrânia pelo tempo que fosse necessário" (THE GUARDIAN, 2022, tradução nossa), ainda que isso pudesse resultar em uma intensificação da guerra.

Esse apoio da OTAN direcionado para a Ucrânia principalmente através de apoio militar e econômico (AL JAZEERA, 2023), em dispêndios que, somados, ultrapassam os cinquenta bilhões de dólares (id.), tem gerado controvérsias acerca da atuação do ocidente na guerra. Ainda que não seja um envolvimento direto no confronto, a Organização tem direcionado esforços consideráveis para auxiliar a Ucrânia sob pretextos nebulosos. Uma alegação plausível é o de manutenção da segurança coletiva, uma vez que a continuidade do conflito na Ucrânia poderia ocasionar instabilidade em países próximos que integram a Organização, ameaçando sua estabilidade.

Sem se envolver diretamente no confronto e no que pode ser considerado um novo capítulo da Guerra Fria entre EUA e Rússia que parece nunca ter acabado de fato, a OTAN ainda consegue exercer sua influência no conflito entre Rússia e Ucrânia. Mesmo não sendo o discurso oficial empregado, os EUA, por meio de sua posição na OTAN, utilizam-se do confronto para ir em busca do que parece ser seu próprio objetivo: minar as possibilidades de crescimento internacional russo, assim como suas áreas de influência no globo.

Considerações finais

Pode-se dizer que o aparente objetivo estadunidense, assim, foi, ao menos, parcialmente alcançado.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Independentemente do desfecho da guerra em curso, a Rússia se apresenta, nos dias correntes, como uma potência ainda forte e influente, principalmente no que diz respeito ao seu alto potencial militar. Ainda assim, sem dúvidas, é uma nação mais enfraquecida quando em comparação com o período anterior ao do início de sua invasão ao território ucraniano. Com o isolamento internacional apoiado e incentivado por países ocidentais, a Rússia busca contornar as barreiras impostas por países integrantes da OTAN, buscando por cooperações e apoio de Estados e lideranças que conseguem contornar as pressões impostas majoritariamente por países ocidentais.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

AL JAZEERA. Infographic: How much have NATO members spent on Ukraine? Al Jazeera, [S.l.], 15 fev. 2023. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2023/2/15/infographic-how-much-have-nato-members-spent-on-ukraine. Acesso em: 13 maio 2023.

BBC. Wetin Finland membership of Nato mean for Russia, 4 abr. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/pidgin/articles/c1rgzy95252o. Acesso em: 13 maio 2023.

THE GUARDIAN. NATO will stick with Ukraine 'as long as it takes', says Joe Biden. The Guardian, [S.l.], 30 jun. 2022. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2022/jun/30/nato-will-stick-with-ukraine-as-long-as-it-takes-says-joe-biden. Acesso em: 13 maio 2023.

GLOBALFIREPOWER. NATO Members. [S.l.]: Global Firepower, [s.d.]. Disponível em: https://www.globalfirepower.com/countries-listing-nato-members.php. Acesso em: 13 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATL NTICO NORTE. Joint Press Conference. 4 jun. 2019. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_166602.htm. Acesso em: 3 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATL NTICO NORTE. NATO Topics: Civil Preparedness. NATO, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49212.htm. Acesso em: 13 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATL NTICO NORTE. NATO Topics: Cyber Defence. NATO, [S.l.]. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_68144.htm. Acesso em: 13 maio 2023.

MEARSHEIMER, J. The Tragedy of Great Power Politcs. Nova York: W.W. Norton & Company, 2001.

SHIFRINSON, D. Deal or No Deal? The End of the Cold War and the U.S. Offer to Limit NATO Expansion. International Security, [S.l.], v. 40, n. 4, p. 7-44, 2016.

VAZQUEZ, M. Biden invites Ukrainian President to White House in July. CNN Politics. Disponível em: https://edition.cnn.com/2021/06/07/politics/biden-zelensky-white-house-meeting/index.html.Acesso em: 4 jun. 2023.

O nazismo ucraniano: causas, origens e consequências

João Paulo Urbano e Nathália Rabelo

Na última década, a extrema direita mundial passou por um ciclo de fortalecimento em várias regiões do globo. Seja com Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil ou Viktor Orban na Hungria, essa ascensão trouxe de volta práticas extremistas e discursos supremacistas, que reabilitaram a extrema direita para a esfera política cotidiana. Esse crescimento, obviamente, tem suas particularidades segundo o contexto histórico de cada país; porém, é no leste europeu que elas ganham uma outra nuance. Foi com o início da Guerra da Ucrânia que o ressurgimento da extrema direita e, no caso analisado, o fortalecimento do nazismo, começou a ser mais notado e discutido.

Tal ressurgimento se deve pela forte presença de Batalhões Nazistas integrados ao exército ucraniano e do apoio explícito nas redes sociais das contas oficiais de instituições ucranianas; bem como por parte da própria OTAN, que realizou repetidas publicações de fotos de soldados usando símbolos nazistas. Além do apoio irrestrito do próprio presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que condecora e incentiva os grupos nazistas a continuarem seu trabalho na guerra.

Com isso em vista, esta análise se propõe a examinar o contexto apresentado. Nesse ínterim, é preciso entender como se deu o fortalecimento da extrema direita e a reabilitação do nazismo na esfera pública. A Ucrânia tem uma relação direta e próxima com grupos nazistas em toda sua história, além de possuir um forte anticomunismo que remete ao tempo histórico da própria União Soviética. Compreender essas questões, interconectando-as com o período anterior à guerra, é essencial para que possamos assentar os fundamentos por trás dessa onda reacionária ucraniana que também se reflete no leste europeu e em outras partes do mundo.

A Ucrânia e o nazismo no século XX

Para iniciar a exposição acerca da atual conjuntura de grupos nazistas na Ucrânia, é imprescindível remontar desde o início do século XX. Se podemos falar em fortalecimento nazista, é porque, na verdade, grupos nazistas existem em maior ou menor força no país há décadas. O nacionalismo existente no país que levou, consequentemente, ao surgimento de grupos nazistas, é o começo de uma longa e complexa história.

O Tratado de Riga, de 1921, foi um acordo entre Polônia e Rússia que demarcava a fronteira entre ambos os países após a guerra russo-polonesa. Essa fronteira dividia o território ucraniano de forma que o centro e o leste foram integrados à União Soviética, e o oeste ficou em posse da Polônia e outros países vizinhos (BUDUROWICZ; CHOJNOWSKI, 1993). A repressão polonesa nesse território foi um dos fatores responsáveis por popularizar os ideais nacionalistas entre os ucranianos. Desse modo, as políticas polonesas contra minorias e a oposição se tornaram muito fortes também nos ucranianos residentes nestes territórios, que com o tempo se viraram contra os próprios poloneses (YURCHUK, 2014).

De acordo com John A. Armstrong (1990), o nacionalismo ucraniano acreditava no valor supremo da nação, ao qual todos deveriam ser subordinados, e usava a guerra e a violência como uma demonstração de superioridade na vitalidade da nação. Em fevereiro de 1929, a Organização dos Ucranianos Nacionalistas (OUN) foi fundada por diversos partidos e movimentos que buscavam a independência da Ucrânia. Yevhen Konovalets foi escolhido como o líder da OUN, permanecendo por 10 anos, até seu assassinato em 1938 (ibid.). Após o assassinato de Konovalets, a OUN se dividiu em duas facções: a OUN-M, formada por um grupo mais moderado, liderada por Andrii Melnyk; e a OUN-B liderada por Stepan Bandera, com um viés mais rebelde e composto majoritariamente por jovens (ibid.)

Tanto para Bandera quanto para Hitler, a propaganda era parte importante no trabalho político que pretendiam fazer, e ambos usaram violência em suas propagandas, visto que os atos de terrorismo propagados por estes líderes conseguia aterrorizar os inimigos e direcionar a atenção das massas para sua luta imediata (PIRIE, 1993). Após essa conclusão, tornaram-se comuns os ataques

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

terroristas contra políticos, bem como programas contra judeus e poloneses (ibid.) promovidos por integrantes de movimentos nazistas.

Com a iminência da Segunda Guerra Mundial, o conflito que se sucederia no front oriental, entre a União Soviética e a Alemanha, despertou a esperança dos nacionalistas ucranianos de uma Ucrânia independente da URSS, o que fez com que ambas as facções da OUN se alinhassem, de suas próprias maneiras, à Alemanha Nazista (YURKEVICH, 1993). Essa aproximação se dava tanto pelo interesse ucraniano em ver seus inimigos derrotados quanto por um alinhamento ideológico em seus nacionalismos. Dessa forma, após a invasão alemã no território soviético, os integrantes da OUN-B declararam independência e estabeleceram o Estado ucraniano, que ficou conhecido como o akt, em Lviv, cidade próxima à atual fronteira com a Polônia. Esperava-se o apoio alemão em sua causa, entretanto, embora o akt tenha sido apoiado por alguns oficiais das forças nazistas (PIRIE, 1993), a ideologia racial de Hitler não permitiu essa cooperação e até mesmo fez com que a GESTAPO aprisionasse membros da OUN, incluindo os líderes Melnyk e Bandera (YURKEVICH, 1993).

Nesse período, surgiu o Exército Insurgente Ucraniano ("UPA") na região de Volhynia, organizado por Taras Borovets, em 1942 (SODOL, 1993). O UPA contou com o apoio das duas facções da OUN para impedir a ocupação do território e inflar na população ucraniana o ódio tanto aos alemães quanto aos soviéticos. O número de soldados ucranianos e de outras nacionalidades aumentou rapidamente, o que fez com que aumentassem também o número de forças de insurgência e os ataques terroristas (SODOL, 1993).

No pós-guerra, entretanto, tais grupos nacionalistas continuaram sendo financiados pela CIA, que entendeu o apoio à eles como a melhor forma de barrar o avanço soviético na região (GOULÃO, 2022). Atualmente, os líderes da OUN supracitados, como Bandera, Konovalets e Melnyk, além de outros como Mykola Lebed e Iaroslav Stetsko, são vistos como heróis dos tempos da guerra e da luta pela independência ucraniana. Esses “heróis” fazem parte de um mito reescrito no cânone da história ucraniana, em que são deixadas de fora as partes “feias” da OUN e UPA, especialmente em relação ao seu papel no Holocausto e na limpeza étnica contra poloneses de Volhynia e Galicia (RUDLING, 2020).

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Colapso da URSS e entrada para o século XXI

Com o fim da União Soviética, a Ucrânia tornou-se uma República independente; entretanto, foi governada por um regime semi-autoritário presidencialista, com Leonid Kravchuk (1991-1994) e Leonid Kuchma (1994-2004) no poder (FREIRE, 2006). No governo de Kuchma, mais alinhado à Rússia, as oligarquias russas tinham grande influência, especialmente no âmbito econômico, o que desagradava a população ucraniana fortemente. Nas eleições daquele ano, a disputa estava entre Viktor Yushchenko, pró-Europa, e Viktor Yanukovych, outro político pró-Rússia. A maioria da população ucraniana desejava uma ruptura na política mais alinhada à Rússia, entretanto, após Yushchenko ser envenenado durante a campanha, Yanukovych venceu as eleições (SENADO, 2007).

Iniciou-se uma onda de protestos em que se alegava fraude nas eleições e se demandava nova votação. É interessante citar, ainda, que nesses protestos, era utilizada a cor laranja, que remetia ao partido de Yushchenko. Assim, os protestos ficaram conhecidos como Revolução Laranja, e conduziu Yushchenko ao poder (ibid.).

Em 2004, o então presidente Viktor Yushchenko iniciou um projeto para reabilitar a credibilidade e OUN e UPA e também decidiu conferir a Bandera a "Ordem de Herói da Ucrânia" - a mais alta honraria ucraniana (MERLO, 2022). Yushchenko não foi capaz de cumprir com as expectativas ucranianas nem de superar a crise econômica e política de seu país. Logo, Yanukovych começou a retomar o apoio ucraniano e a ganhar destaque político novamente, vencendo assim as eleições para Primeiro Ministro em 2006 e para Presidente em 2010 (SENADO, 2007).

Durante o governo de Yanukovych, ocorreu o Euromaidan (2013-2014), um movimento de protestos violentos na Ucrânia desencadeado pela recusa de Yanukovych em assinar uma negociação para que o país aderisse a um tratado de livre comércio com a União Europeia. Isto se expandiu para protestos contra o governo e a favor de um novo regime ultranacionalista e pró-Ocidente por parte de partidos de extrema direita como o Svoboda e Pravy Sektor (AMYUNI, 2022).

Em fevereiro de 2014, com o aumento das tensões entre os

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

separatistas/Anti-Maidan e os Euromaidan, Yanukovych fugiu para a Crimeia e depois para a Rússia, e foram convocadas novas eleições presidenciais (BONET, 2015). Foi neste período que o Kremlin ocupou e anexou o território da Crimeia, o que tornou os conflitos no território do Donbass mais violentos. Paralelamente, surgiram grupos ultranacionalistas ucranianos paramilitares e voluntários que queriam defender o país de uma invasão russa, e dentre eles, o que mais se destacou foi o Batalhão Azov (AMYUNI, 2022).

Petro Poroshenko foi quem assumiu a presidência após Yanukovych e um de seus primeiros atos foi incorporar o Azov ao governo e torná-lo uma divisão da segurança nacional da Ucrânia (MELLO, 2018). O batalhão Azov utiliza símbolos nazistas como o sol negro, Wolfsangel e Totenkpof abertamente, como pode ser visto nas redes sociais do grupo e até mesmo do atual presidente Volodymyr Zelensky, que no Dia da Vitória de 2022, publicou em seu Instagram a foto de um soldado ucraniano utilizando símbolos nazistas em sua farda (ZELENSKY POSTA…, 2022). A OTAN também postou a foto de um soldado na guerra, com o Totenkpof em sua farda, símbolo constituído por uma caveira e a palavra "crânio" em alemão. Também através do Twitter, a OTAN já postou uma foto de uma soldada com o sol negro na farda. Os tweets foram devidamente apagados depois da repercussão negativa que as fotos tiveram.

Este e outros casos como a entrega de medalha de "Herói da Ucrânia" ao líder do Pravy Sektor, Dmytro Kotsyubailo, em 2021 (GOULÃO, 2022), mostra como Zelensky é complacente e simpatiza ao ponto de até mesmo premiar os grupos neonazistas ucranianos. O atual presidente também levou soldados do Batalhão Azov para discursarem por meio de uma videoconferência no parlamento grego causando desconforto aos parlamentares da esquerda grega, que não compacturam com o discurso de um batalhão nazista (KARAGIANNI; PELEKANAKI, 2022).

O Batalhão Azov, protagonizou um dos momentos mais desumanizadores da guerra, quando viralizou em redes sociais vídeos dos soldados, passando banha de porco em suas balas, preparando-se para o confronto contra tropas chechenas.Tal tática é utilizada para atingir psicologicamente os soldados chechenos que são em sua maioria mulçumanos, religião que dita contato com a carne de porcocomo impeditivo para se chegar ao "paraíso". Esse vídeo, postado pela Guarda Nacional Ucraniana, demonstra mais uma vez o apoio irrestrito do governo aos batalhões nazi em seu território (BATALHÃO…, 2022).

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Conclusão

Todo esse contexto histórico ucraniano hoje se transformou em motivo de intensa preocupação. Se por muito tempo os grupos nazistas foram tolerados e até mesmo financiados como forma de conter o avanço comunista na época da Guerra Fria, a conjuntura atual alçou essa problemática a um nível não previsto no passado. O cenário observado atualmente vai para além do fortalecimento silencioso no campo militar que acontecia naquele período. O que existe atualmente é um fortalecimento ideológico e político aberto em que esses grupos estão sendo constantemente reabilitados na esfera pública como algo não apenas tolerável, mas necessário no contexto da guerra.

O próprio Zelensky, que personalizou o lado ucraniano do conflito, e em certa medida o lado "ocidental", é uma figura extremamente controversa com atitudes problemáticas no que diz respeito a simpatias exacerbadas com relação aos grupos nazistas. Tem se apresentando na mídia a lógica de por sua descendência judaica, Zelensky seria imune a essas críticas. No entanto, o presidente ucraniano segue com seu apoio irrestrito aos batalhões nazistas sem nenhum tipo de represália.

A situação na Ucrânia hoje é bastante preocupante. Se de um lado temos o fortalecimento de grupos nazistas, por outro temos um processo de forte repressão das esquerdas, dos movimentos sociais e dos sindicatos (NORTON, 2022). O congresso ucraniano aprovou, a partir de um entendimento dos esforços de guerra, uma nova legislação trabalhista em que dentre as novas leis vigentes, possui uma que permite o trabalho não remunerado (UKRAINE'S…, 2022). Desde o início da guerra, milhões de postos de empregos foram perdidos (ILO, 2022), e agora com uma legislação trabalhista que anula os direitos dos trabalhadores, temos uma situação em que, com a esquerda completamente reprimida, o terreno é fértil para o nazismo se proliferar cada vez mais.

Outro ponto a ser levantado é a relação entre o Estado ucraniano e o FMI. Desde o golpe de 2014, o FMI vem aumentando a quantidade de empréstimos para a Ucrânia, a fim de acelerar o desenvolvimento pelas vias neoliberais, mas os empréstimos se somam desde o fim do colapso da URSS e da ascensão dos novos governantes. Com a guerra, esses empréstimos tiveram um aumento estratosférico e, consequentemente, a dívida ucraniana com o FMI cresce cada vez mais (SHALAL; LAWDER, 2023). O

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

FMI já emprestou cerca de 3 bilhões emergenciais para o país e prevê uma quantia entre 3 e 4 bilhões mensais para o ano de 2023. Somando essas previsões, apenas no ano de 2023 a Ucrânia se endividaria por baixo, em cerca de do seu PIB.

Somado a isso, tem-se uma classe trabalhadora completamente desorganizada e reprimida sem condições de tocar um processo de restituição dos direitos perdidos durante a guerra. Aliado a isso, o fortalecimento do nazismo torna a conjuntura ainda mais alarmante. Zelensky demonstra sua simpatia com os grupos fascistas em um momento onde internacionalmente o facismo vem sendo reabilitado. O supremacismo parece ganhar força novamente na Europa, seja no exemplo italiano com a neta de Mussolini, ou nos atuais protestos na França, em que grupos neonazistas desfilam tranquilamente ostentando seus símbolos e suas palavras de ordem, entre tantos outros exemplos.

Esse olhar aprofundado para a Ucrânia faz-se necessário se quisermos entender o que está acontecendo não só no país, mas no mundo. É preciso que conheçamos a fundo cada uma dessas histórias para que não venhamos a tolerar e permitir o recrudescimento de uma ideologia como o nazismo.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

AMYUNI, Álvaro Anis. A extrema-direita na Guerra da Ucrânia: do Euromaidan às fileiras do exército ucraniano. Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), 7 jun. 2022. Disponível em: https://gedes-unesp.org/a-extrema-direita-na-guerra-da-ucrania-parte-1/ . Acesso em: 13 mai. 2023.

ARMSTRONG, John A. Ukrainian Nationalism. Encyclopedia of Ukraine, v. 2, 1980.

BATALHÃO Azov: neo-nazis ou defensores do povo ucraniano? Disponível em: https://expresso.pt/internacional/guerra-na-ucrania/2022-04-13-Batalhao-Azov-neo-nazis-ou-defensores-do-povo-ucraniano--29823d04. Acesso em: 16 mai.. 2023.

BONET, Pilar. Em 2014, Ucrânia viveu seu pior ano desde a independência em 1991. El País, jan. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/01/internacional/1420136723_852421.html. Acesso em: 13 mai. 2023.

BUDUROWICZ, Bohdan; CHOJNOWSKI, Andrzej. Peace Treaty of Riga. Encyclopedia of Ukraine, v. 4, 1993. Disponível em: https://www.encyclopediaofukraine.com/display.asp?linkpath=pages%5CR%5CI%5CRigaPeaceTreatyof.htm. Acesso em: 13 mai. 2023.

GOULÃO, José. O 25 de Abril e o convidado neonazi. AbrilAbril, 14 abr. 2022. Disponível em: https://www.abrilabril.pt/internacional/o-25-de-abril-e-o-convidado-neonazi. Acesso em: 13 mai. 2023.

KARAGIANNI, G. E.; PELEKANAKI, M. Zelenskyy speech at Greek parliament overshadowed by Azov video. 7 abr. 2022 Disponível em: https://www.euractiv.com/section/europe-s-east/news/zelenskyy-speech-at-greek-parliament-overshadowed-by-azov-video/. Acesso em: 13 mai. 2023.

MELLO, Bernardo. Quatro anos após queda de governo pró-Rússia, nacionalismo unifica grupos rivais na Ucrânia. O Globo, jun. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/quatro-anos-apos-queda-de-governo-pro-russia-nacionalismo-unifica-grupos-rivais-na-ucrania-22739969 . Acesso em: 13 mai. 2023.

MERLO, Simona. Nacionalismos Ucranianos. Instituto Humanitas Unisinos, [S. l.], 20 mai. 2022. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618776-nacionalismos-ucranianos . Acesso em: 13 maio 2023.

NORTON, B. Ukraine is brutally repressing the left, criminalizing socialist parties, imprisoning activists, 21 mar. 2022 Disponível em: https://geopoliticaleconomy.com/2022/03/21/ukraine-

Referências

repressing-left-criminalizing-socialist-parties/. Acesso em: 16 mai. 2023.

PIRIE, Paul Stepan. Unraveling the banner: A biographical study of Stepan Bandera. University of Alberta.

ROMANO, Roberto. A Ucrânia sem maniqueísmos. Unisinos, 11 mar. 2014. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/noticias/529080-a-ucrania-sem-maniqueismos- . Acesso em: 13 maio 2023.

RUDLING, Per A. Tarnished Heroes: The Organization of Ukrainian Nationalists in the Memory Politics of Post-Soviet Ukraine. Harvard Ukrainian Studies, 3 jun. 2018. Disponível em: https://www.husj.harvard.edu/books/tarnished-heroes-the-organization-of-ukrainian-nationalists-in-the-memory-politics-of-post-soviet-ukraine. Acesso em: 13 mai. 2023.

Impasse agrava a crise política na Ucrânia. Estado de São Paulo, 4 abr. 2007. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326501/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 mai. 2023.

SHALAL, A.; LAWDER, D. IMF approves $15.6 bln Ukraine loan, part of $115 billion in global support. Reuters, 1 abr. 2023. Acesso em: 13 mai. 2023.

SODOL, Petro. Ukrainian Insurgent Army. Encyclopedia of Ukraine , [S. l.], v. 5, 11 mar. 1993. Disponível em: https://www.encyclopediaofukraine.com/display.asp?linkpath=pages%5CU%5CK%5CUkrainianInsurgentArmy.htm. Acesso em: 13 mai. 2023.

UKRAINE'S new labour law a "rollback to the 19th century". Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/odr/ukraines-new-labour-law-wartime/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

YURKEVICH, Myroslav. Organization of Ukrainian Nationalists. Encyclopedia of Ukraine, 10 mar. 1993. Disponível em: https://www.encyclopediaofukraine.com/display.asp?linkpath=pages%5CO%5CR%5CorganizationofUkrainianNationalists.htm. Acesso em: 13 mai. 2023.

YURCHUK , Yuliya. Reordering of Meaningful Worlds: Memory of the Organization of Ukrainian Nationalists and the Ukrainian Insurgent Army in Post-Soviet Ukraine. Stockholm University, 11 mar. 2014.

Referências

Zelensky posta foto de soldado com emblema nazista no Dia da Vitória. PCdoB65, 9 mai. 2022. Disponível em: https://pcdob.org.br/noticias/zelensky-posta-foto-de-soldado-com-emblema-nazista-no-dia-da-vitoria/ . Acesso em: 13 mai. 2023

As Consequências Ambientais da Guerra entre Rússia e Ucrânia

Isis Aquino

O conflito entre Rússia e Ucrânia, deflagrado em 14 de fevereiro de 2022 com a invasão russa, trouxe consigo um lastro de prejuízos ambientais sem precedentes na história ucraniana (RAWTANI et al., 2022). A presente análise apresenta alguns dos aspectos de curto e longo prazo das consequências da guerra para a sustentabilidade ambiental (?), a nível doméstico e internacional. Também serão debatidas algumas das variáveis de poder em torno desse fenômeno, assim como possíveis respostas por parte de governos, organismos internacionais e sociedade civil.

Impactos Locais

Desde o início das movimentações militares de 2022 no território ucraniano foi possível atestar a destruição da infraestrutura do país, prejudicando os suprimentos de água potável da região e inviabilizando a gestão de resíduos local. O bombardeio de indústrias também gerou o vazamento de produtos tóxicos no solo, que por sua vez poluem os reservatórios de água e dificultam ainda mais o acesso à água potável por parte dos seres humanos, fauna e flora nativos (RAWTANI et al., 2022).

Muitas das vezes a instalação de acampamentos militares e zonas de batalha demanda o desmatamento de áreas florestais e de preservação, que são estrategicamente preferíveis. A movimentação de tropas militares e o acondicionamento de zonas de batalha em zonas de natureza, somados às queimadas que se alastram após bombardeios, são responsáveis por aumentar 45 vezes o desmatamento no país desde o início do conflito (ibid.). Cabe destacar que mais de 44% das áreas de preservação nacionais estão dentro da zona de guerra, sendo assim, todas essas matas reservadas especialmente por serem importantes para o equilíbrio ambiental dos biomas do país estão expostas às adversidades supracitadas, havendo mais de 1500 casos de destruição de ecossistemas em detrimento da guerra reportados ainda em dezembro de

2022 (ibid.).

Os bombardeios também afetam a estrutura e fertilidade do solo, prejudicando áreas agricultáveis. O Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente (PNUMA) já aponta que os solos ucranianos estão entre os mais prejudicados por desastres de guerra, ao lado da Síria, Iraque e Afeganistão. Os detritos dispersos em detrimento dos ataques e da queima de combustíveis descontrolada também afetam a qualidade do ar, que tem sua filtração prejudicada pelo desmatamento da vegetação e geram a morte de animais polinizadores locais (RACIOPPI et al., 2022).

As batalhas inviabilizam a manutenção de infraestrutura mínima de saúde e manejo de danos, deixando a população vulnerável a eventos climáticos, que são favorecidos pelo aumento de emissão de gases estufa pelos países beligerantes (KREIKE, 2022). A produção de armamentos e bens militares também consome recursos e é responsável por emissões poluentes e consumo de recursos não renováveis (GUARDASHUK, 2022).

Os impactos ambientais da guerra interagem entre si e resultam em prejuízos duradouros, ao mesmo tempo que intensificam a emergência humanitária atual corrente. O infográfico abaixo exemplifica alguns dos grandes efeitos ecológicos do conflito:

Figura 1 - Impactos Ambientais da Guerra entre Rússia e Ucrânia



 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Impactos globais

Na sociedade globalizada, onde os países estão profundamente ligados por uma complexa rede de interações, uma guerra como a de Rússia e Ucrânia desencadeia uma série de consequências que afetam o sistema internacional. No que tange à sustentabilidade global, é possível observar que ela está diretamente relacionada ao aumento das emissões de carbono e ao distanciamento do debate ambientalista.

SASMOKO et al. (2023) evidenciam que a guerra está relacionada ao aumento das emissões de gases de efeito estufa a nível global. Essa constatação se dá em razão do desmatamento local - pois apesar de representar somente 6% do território do continente, a Ucrânia representava, até 2022, 35% da biodiversidade europeia (RAWTANI et al., 2022) - mas sobretudo devido ao crescimento na demanda por armamentos e produtos militares, que consome energia e insumos de origem renovável e não renovável, sobretudo combustíveis fósseis (SASMOKO et al. 2023).

A crise humanitária e de segurança também gera um efeito colateral no espaço que a agenda ambiental possui dentro das cúpulas de interesse. Diante das ameaças à segurança doméstica, os Estados priorizam as pautas relacionadas à defesa de seus interesses nacionais, e nesse movimento compromissos climáticos como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou o Acordo de Paris perdem prioridade na formação das políticas públicas locais e nas instituições internacionais (ibid.).

Retrocessos na política ambiental da União Europeia

É possível observar, ainda, que a secundarização dos pactos socioambientais repercutiu rapidamente entre as nações da região que são afetadas indiretamente pela Guerra. O conflito rapidamente desbalanceou a exportação de commodities russas - sobretudo gás natural e fertilizantes - e ucranianas - trigo, grãos, vegetais etc -, principalmente para países da Europa, Oriente Médio e África (PORTNER et al., 2022).

Cabe analisar, neste contexto, o caso da União Europeia e suas respostas à crise de fornecimento de produtos alimentícios e combustíveis. Mesmo se colocando na

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

vanguarda da resposta à crise climática e promoção de modelos sustentáveis, foi possível observar um retrocesso nos avanços de medidas de desenvolvimento sustentável diante dos riscos da falta de abastecimento por conta da guerra. Com o fluxo de gás natural e combustíveis fósseis originados da Rússia, interrompidos ou mitigados, os projetos de diversificação das fontes de energia foram preteridos em relação a segurança imediata da energia fruto retomada da queima de fontes não renováveis, inclusive carvão mineral (RACIOPPI et al., 2022).

Rússia e Ucrânia representavam a produção de aproximadamente 9% dos grãos e óleos vegetais do mundo, colocando o restante do mundo, e notoriamente os europeus, à beira de uma crise alimentar com a oscilação de oferta em detrimento do conflito territorial (PORTNER et al., 2022).

A instabilidade em commodities alimentares, sobretudo trigo e grãos produzidos pela Ucrânia, levou a retirada de investimentos do programa de agricultura familiar da União Europeia e o redirecionamento de incentivos à produção de monoculturas de larga escala, com grande impacto ambiental (PEREIRA et al., 2022). As medidas têm eficiência altamente questionável uma vez que o sistema de monocultura é mais vulnerável a crises e vai em sentido contrário a uma resposta holística dos desafios internacionais, reforçando ciclos prejudiciais e afastando ainda mais o avanço de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ibid.).

É possível constatar que a guerra gera retrocessos no debate de políticas ambientais globais, não somente em razão do consumo direto das movimentações militares, mas também porque os países vizinhos não vem priorizando respostas e estratégias de cooptação dos efeitos colaterais que levem em consideração o desenvolvimento sustentável (PEREIRA et al., 2022).

Guerra, ecocídio e genocídio

Quando analisamos a correlação entre degradação ambiental e guerra é possível constatar que, por vezes, o esgotamento dos recursos do território invadido é uma estratégia de enfraquecimento do inimigo. Dentro desse contexto, é possível constatar a instrumentalização do Meio Ambiente como ferramenta política e, em último caso, ferramenta de guerra (KREIKE, 2022).

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

A destruição da natureza, como arma contra territórios invadidos, é uma prática que remonta a contextos de Guerra Total, nos quais civis são entendidos como alvo legítimo por parte dos exércitos (ibid.). Práticas ecocidas, nas quais se atenta contra a biodiversidade local, estão intimamentes ligadas à migração forçada e ao genocídio dos povos locais durante o conflito, bem como as gerações futuras que terão sua saúde e reconstrução afetadas pelos ostensivos danos à biosfera (ibid.). A destruição física do país está conectada com o desenvolvimento de doenças físicas e mentais na população, e ao mesmo tempo desarticula a rede de saúde do país, gerando uma mortalidade em cadeia de civis que perdurará por anos, mesmo com o fim das batalhas (RACIOPPI et al., 2022).

Ainda não é possível afirmar que nesse conflito existe intencionalidade estratégica na aniquilação dos recursos naturais, entretanto, também não é adequado considerar que a degradação ambiental denunciada seja tratada minimamente como um "efeito adverso", uma vez que contribuem para a emergência climática global e atentam contra o direito a própria terra dos cidadãos e seus descendentes (RAWTANI et al., 2022).

Discute-se na arena internacional a possibilidade de construção de ações militares de mínimo impacto ambiental, bem como indústria de armamento "verdes" que busquem o uso de fontes de energia renovável, mas a própria experiência russo-ucraniana é um grande indicativo da inviabilidade do avanço de pautas ambientais dentro do militarismo e, de maneira geral, na ausência de paz regional (SASMOKO et al., 2023).

Considerações Finais

É possível pensar respostas à devastação ambiental em razão da guerra a partir da perspectiva institucionalista, baseando-se na existência de tratados e pactos que regulam a questão, mas é fulcral buscar alternativas que tratem o problema de maneira holística, entendendo a integração entre sociedade e sustentabilidade, fatores que interagem entre si.

Para garantir a gestão de danos e responsabilização futura, é essencial que a população lesada e o governo ucraniano que a representa denunciem internacionalmente e documentem as degradações ambientais (GARDASHUK, 2022). Paralelamente, ativistas também articulam demandas pela inclusão de crimes contra a sustentabilidade

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

dentro da jurisdição do Tribunal Penal Internacional, a fim de garantir o julgamento e reparação adequada o quanto antes (RAWTANI et al., 2022).

Existem pactos internacionais para coibir o uso da destruição territorial, da infraestrutura e dos recursos naturais de um país com interesses bélicos. A Convenção sobre a Proibição da Utilização de Técnicas de Modificação Ambiental para Fins Militares ou Quaisquer Outros Fins Hostis (1976) determina como crime de guerra o uso de técnicas que visem prejudicar territórios no longo prazo. Tanto a Rússia como a Ucrânia são signatárias da do mecanismo, assim sendo, existe base legal no direito internacional para estabelecer cobranças internacionais pelo compromisso com a preservação ecológica mesmo diante do conflito (GARDASHUK, 2022).

Articular um conjunto de ações que demonstre a centralidade da sustentabilidade no caso deste conflito é essencial para mitigar danos, fortalecer as negociações de paz ou contribuir no cessar fogo, e garantir, com isso, a reconstrução imediata das estruturas locais de saneamento básico, saúde, gestão de resíduos e reflorestamento (SASMOKO et al., 2023).

Contudo, cabe questionar a efetividade dos mecanismos institucionais. Mesmo diante da existência dos acordos supracitados, a guerra e seu lastro de destruição ambiental vigoram sem que as medidas previstas representem uma proteção eficiente. As instituições, os Estados e os indivíduos que constroem essas medidas são os mesmos que beligeram ou lucram com a demanda armamentista e as prerrogativas de guerra (LOWY, 2019).

Historicamente, as demandas populares anti guerra e pela defesa do meio ambiente surgem no mesmo tempo e espaço - remontando às mobilizações por direitos humanos entre as décadas de 1960 e 1970. A agenda ambiental e a agenda pela paz internacional convergem em relação às suas demandas por prosperidade, diálogo, justiça e urgem pela cooperação internacional humanitária (GARDASHUK, 2022).

Da mesma forma, os conflitos contemporâneos e a injustiça ambiental são atravessados por interesses de elites financeiras que prevalecem em detrimento da segurança internacional e das nações. As disputas pela manutenção da Ordem Mundial - ditadas pela burguesia neoliberal - estão intrinsecamente ligadas à disputa entre Ocidente e Oriente pelo domínio do leste da Ucrânia; à expansão da

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

OTAN; à ascensão de tendências totalitárias nos campos políticos em questão, entre outras razões determinantes para a existência do conflito e de suas reverberações.

As lutas por hegemonia dentro do capitalismo estão intrinsecamente ligadas ao conflito entre Rússia e Ucrânia. É através desse mesmo sistema de expansão ilimitada da produção que a degradação ambiental se articula. A existência de um conflito internacional de tamanha brutalidade, perpassado tão profundamente por interesses capitalistas, bem como a impotência internacional na prevenção e resolução do mesmo, são indicativos de um problema sistemático na distribuição do poder (LOWY, 2019).

Não basta, tendo em vista a emergência climática e as raízes materiais das guerras contemporâneas, limitar as respostas internacionais ao campo institucional. É necessário que o debate avance para uma análise do sistema de produção e sustentação das dinâmicas de morte, tanto a humana quanto da biodiversidade terrestre.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

Ecossocialismo, Democracia e Nova Sociedade. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591623-ecossocialismo-democracia-e-nova-sociedade Acesso em: 24 mai 2023.

GUARDASHUK, T. Environmental Threats of War in Ukraine. Envigogika, v. 17, n. 1, pp. 1-4, 2022.

KREIKE, Emmanuel. Scorched Earth: Environmental Warfare as a Crime Against Humanity and Nature. Estados Unidos: Princeton University Press, 2022.

PEREIRA, P. et al. The Russian-Ukrainian armed conflict will push back the sustainable development goals. Geography and Sustainability, vol. 3, n. 3, pp. 277-287, 2022.

PORTNER, L. et al. We need a food system transformation—In the face of the Russia-Ukraine war, now more than ever. One Earth, v. 5, n. 5, pp. 470-472, 2022.

RACIOPPI, F. The impact of war on the environment and health: implications for readiness, response, and recovery in Ukraine. The Lancet, v. 400, n.10356, pp. 871-873, 2022.

RAWTANI, D. et al. Environmental damages due to war in Ukraine: A perspective. Science of The Total Environment, v.850, pp. 1-7, 2022.

SASMOKO. War psychology: The global carbon emissions impact of the Ukraine-Russia conflict. Sec. Environmental Economics and Management, v. 11, pp. 1-6, 2023.

Weaponizing the environment in Ukraine: silent and neglected victim of war and International Law

Marina Morena Caires

Since the Russian attack on Ukraine began, the world has watched the rapid decline and destruction of its nation's society, infrastructure, economy, and power. However , it is rare when analyzing war and its horrific consequences that we talk about the long-term, all-affecting, and devastating impact it has on a country's environment, and how it can be used as a weapon in the conflict.

In this regard, the following analysis will focus on discussing the ineffectiveness of International Law when it comes to protecting the environment during armed conflict and how that gives Russia leeway to destroy and use the Ukrainian environment as a weapon of war without facing consequences.

International Law on the protection of the environment during war

In regards to the protection of the environment during a conflict in international law, we can find regulations on it in several different areas, such as International Environmental Law, International Human Rights Law, and International Humanitarian Law. However, despite its seemingly outstretched reach, these norms became useless or rarely upheld due to a number of reasons. A lot of times because of the lack of focused and clear laws that uphold the environment apart from just its consequential or civil affecting damages. Most of these norms are what Kenneth Abbott and Duncan Snidal (2000) would consider soft laws. In this manner, they come from agreements that are more easily negotiated, and that don't overshadow a State's sovereignty, thus, don't create obligations and consequences to the nonfulfillment of its requirements. In contrast, hard laws, for the aforementioned authors, would have much stronger binding consequences and difficult

negotiation due to its sovereignty-limiting powers.

The specific case of International Humanitarian Law (IHL), which is arguably the one with the most agreements on environmental protection, still presents significant weaknesses, like most soft laws. IHL has been able to ratify important instruments, such as, in 1977, the Additional Protocol I to the 1949 Geneva Convention, which prohibits the use of methods with the intention or expectation of causing severe, widespread, or long-term damage to the environment. Nonetheless, this protocol and IHL, in general, have yet to give a good delimitation to what constitutes environmental damage and even more so deliberate damage, as well as better ways of protecting nature (BOTHE et al., 2010). Moreover, most treaties, in almost all international laws, are still silent on whether their applicability is valid in a time of peace, war, or both (WESTING, 1997). Due to the lack of clear lines, the methods of efficient enforcement of these agreements have witnessed their power be severely compromised in the international community.

The impact of the Ukraine-Russia War on the environment

Just in the six-month period of the beginning of the war, the world's path towards sustainability and the fight against climate change faced terrible setbacks caused by this conflict. The worsening of global energy availability, due to the revival of burning coal, after the sanctions on Russia's gas supply, and food crises in addition to environmental pollution, with the increase in fires accompanied by the destruction of natural resources (AKKER et al., 2022), has sealed the international importance of the war.

In Ukrainian territory, the direct impact of calculated military action affects several crucial ecosystems directly or indirectly. For example, Russian attacks on infrastructure, such as fertilizer tanks, have caused the release of toxic substances into bodies of water used by many villages and local agriculture (GUPTA et al., 2022). Thus, causing water shortages and deterioration of sanitary conditions (id.).

Furthermore, the air pollution derived from the use of a diverse group of military weapons alongside its manufacturing is one of the biggest contributors to greenhouse gas emissions (id.). The countless fires and attacks perpetrated by Russia around nuclear plants like Chernobyl are also environmental hazards that can cause

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

cross-border damage.

The bombs, missiles, landmines, and other military weapons have also affected the biodiversity and the soils of one of the top five nations in grain exportation in the world. Large-scale deforestation and wildfires accompanied by other military activities contribute significantly to carbon global warming and environmental crises (IMRAN, 2022).

Weaponizing the environment in Ukraine

It is obvious that the aforementioned conflict-related environmental damages on Ukrainian soil may not be merely incidental or consequential costs of warfare. Ukrainian officials believe them to be deliberate attacks aimed at destroying Ukraine's natural resources and supplies (CNN, 2022) that leave it unprotected and weak, destroying its economy and infrastructure, leaving the population at the mercy of hunger and diseases. Repairing and reconstructing these losses will be a time-consuming and cost-intensive post-war affair (JACOBO, 2022 apud GUPTA et al., 2022).

This assumption would not be so far-fetched when analyzing the continued fires and infrastructural damage that Russia has carried out in such a way that harms farms and crops, leading to losses in agriculture, one of the main economic focal points of the country.

The weaponization of the environment in such a manner, by Russia and many other countries in recent history like other potencies such as the U.S.A., manages to go overlooked by the international system community. This is also sustained by the lack of well-constructed and reinforced international law on the protection of the environment during wartime, as mentioned previously in this analysis. However, when investigating the specific case of the Ukrainian War, it becomes clearer that the interference of the political conduction of Russia's Kremlin plays a major role in the prolongation of this destruction.

Russia's environmental politics

Since the beginning of his rise to power over the Eurasian nation, Vladimir Putin has continually used the environment to project his and his nation's image internationally. Russia

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

has become an important actor in global environmental politics under the influence of its Executive, which, in its political system, holds considerable power over the political agenda and policy process (MARTUS, 2021). The endorsement, signature, and promotion of treaties and agreements supporting the protection of the world's nature as well as the planned goals to tackle important sustainability issues, such as the Kyoto Protocol, have accompanied an internal policy of environmental 'deinstitutionalization' by the Kremlin (MARTUS, 2021). Russian ecosystems are protected, or at least said to be, by the same ministry in charge of their exploration, the Ministry of Natural Resources or MNR (id.).

In 2017, Putin announced it to be the year of the environment in Russia, where a lot of the political agenda and future plans were created for and in accordance with environmental demands, specifically the ones that most affected Russian people like clean water and waste disposal (id.). However, most of his promises and plans were never fulfilled.

Despite the apparent neglect of the environment, the creation of policies focused on its value in security matters, such as the 'Environmental Security Strategy of the Russian Federation until 2025' of 2017, proves the Kremlin's understanding of this important matter. According to Ellie Martus (2021), propositions like the one mentioned and a situation where the leader of the Executive suffered a public backlash over his decisions direct attention to two points:

> "First, it indicates the regime's awareness of the fact that the environmental movement is a potentially dangerous and destabilizing force in Russian politics, particularly given its ability to muster significant support both at home and abroad against a government-sanctioned project. Second, it demonstrates Putin's recognition of the utility of environmental issues as a way of boosting popular support." Ellie Martus (2021).

If in this Russian regime, the environment is used as an instrument to gain power and projection under Putin's rule, it is to be expected that in Ukraine it is no different.

Conclusion

"Environmental destruction can be a primary means of threatening or defeating one's enemies" (AL-DUAIJ, 2022, p.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

2) especially when there is nothing to stop them from doing so.

With the redraw of Russia's endorsement of the Additional Protocol I to the 1949 Geneva Convention, led and solidified by Putin, it has become clearer that the possibility that the Kremlin understands the value of the environment and is deliberately using it to attack Ukraine. Meanwhile, the international community shows no proactivity in prosecuting Russia for these crimes due to the lack of legal support and the fact that those could only be created with the adoption of hard laws instead of the current soft law agreements.

Thus, it becomes clear that not only will Ukraine suffer from the environmentally irreversible damages of this war, but also will the world.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

ABBOTT, Kenneth W.; SNIDAL, Duncan. Hard and soft law in international governance. International Organization, v. 54, n. 3, p. 421-456, 2000. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2601340

AL-DUAIJ, Nada. Environmental Law of Armed Conflict. Dissertação (Doutorado em Ciência Judicial) - School of Law, Pace University, 2002. Disponível em: https://digitalcommons.pace.edu/lawdissertations. Acesso em: 14 de maio de 2022

BOROJEVIC, Anja et al. The impact of war on the environment and health: implications for readiness, response, and recovery in Ukraine. The Lancet, v. 400, n. 10356, p. 871 a 873, setembro, 2022. Disponível em: The impact of war on the environment and health: implications for readiness, response, and recovery in Ukraine - The Lancet. Acesso em: 14 de maio de 2022

BOTHE, Michael et al. International law protecting the environment during armed conflict: gaps and opportunities. International Review of the Red Cross, v. 92, n. 879, p. 569 a 592, setembro, 2010. Disponível em: International law protecting the environment during armed conflict: gaps and opportunities | International Review of the Red Cross | Cambridge Core. Acesso em: 14 maio 2022

GUPTA, Gunjan et al. Environmental damages due to war in Ukraine: A perspective. Science of The Total Environment, v. 850, p. 1 a 7, dezembro, 2022. Disponível em: Environmental damages due to war in Ukraine: A perspective - ScienceDirect. Acesso em: 14 de maio de 2022

IMRAN, Muhammad. War psychology: The global carbon emissions impact of the Ukraine-Russia conflict. Frontiers in Environmental Science, v. 11, p. 1 a 7, fevereiro, 2023. Disponível em: Frontiers | War psychology: The global carbon emissions impact of the Ukraine-Russia conflict (frontiersin.org). Acesso em: 14 maio 2022

MARTUS, Ellie. Policymaking and Policy Framing: Russian Environmental Politics under Putin. Europe-Asia Studies, v. 73, n. 5, p. 869 a 889, janeiro, 2021. Disponível em: Policymaking and Policy Framing: Russian Environmental Politics under Putin: Europe-Asia Studies: Vol 73, No 5 (tandfonline.com). Acesso em: 14 maio 2022

WESTING, Arthur H. Environmental Protection from Wartime Damage: The Role of International Law. Conflict and the Environment, v. 33, p. 535 a 553, 1997.

The case of Putin's arrest warrant and the judicialization of international relations

Ana Helena Resende and Amanda Arrigo

On March 7th, the International Criminal Court (ICC) issued warrants of arrest for Vladimir Vladimirovich Putin, President of the Russian Federation, and Maria Alekseyevna Lvova-Belova, Commissioner for Children's Rights in the Office of the President of the Russian Federation. The ICC had reasonable grounds to hold them responsible for the war crime of deportation of children and the unlawful transfer of them from occupied areas of Ukraine to the Russian Federation. Unprecedentedly, the chief of state of a great power was incriminated by the ICC, whose jurisprudence had only condemned an African leader so far. In the context of the politicization of International Law, the judicialization of international relations is a complementary counterparty.

From its creation in 1998, the ICC arose in a context of criminalization of armed conflicts and serious violations of human rights, alongside penal responsibility directed toward individuals. In the case of international leaders, crimes committed by state representatives are the ones that offend international order, legality and security (JAPIASSÚ, s/d p. 4). From a material perspective, the Statute of Rome[1] defines that the International Criminal Court has jurisdiction over four types of crimes: the crime of genocide, crimes against humanity, war crimes and the crime of aggression. In so, state control and responsibility are interpreted when the conduct of a person or group of persons under international law is in fact under the instructions or the direction or control of, that State in carrying out the conduct[2].

Even though Vladimir Putin has asserted his country does not recognize the ICC's jurisdiction since the Russian Federation is not a State Party of the Statute of Rome (AL JAZEERA, 2023), the ICC can investigate the Russian president since its jurisdiction is superior and binding. The Republic of Ukraine, where the crimes in question were committed, has also not ratified the Statute - however, in the context of the insurrection of February 2014, the country lodged a declaration accepting the jurisdiction of the ICC

1. On July 17, 1998, at the Conference of Rome, the Statute of the International Criminal Court was unprecedentedly approved with one hundred and twenty favorable votes, seven negative votes, and twenty-one abstentions. On July 1, 2002, the Rome Statute came into force internationally. Nowadays, 123 have ratified the Statute.

2. International Law Commission, Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, UN, 2001, (art 8).

.

3. States that: If the acceptance of a State which is not a Party to this Statute is required under paragraph 2, that State may, by declaration lodged with the Registrar, accept the exercise of jurisdiction by the Court with respect to the crime in question. The accepting State shall cooperate with the Court without any delay or exception in accordance with Part 9.

over alleged crimes committed on its territory since 21 November 2013 (ICC, 2015). Therefore, based on Article 12 (3)[3] of the Statute, the Court has the authority to investigate and prosecute individuals for crimes committed during the armed conflict in Ukraine.

Before president Putin's warrant, the ICC has had investigations against two chiefs of state in exercise: Omar al-Bashir (Sudan, 2009), and Muammar Gaddafi (Libya, 2011). The first and only arrest warrant issued against a Head of State was against the ex-president of Sudan, al-Bashir, by crimes of genocide committed in the Darfur region. These cases exemplify the nullity of the regime of immunities, which traditionally has protected political and diplomatic figures and is inherently attached to the idea of sovereignty and reciprocity (PIOVESAN, IKAWA, p. 180). However, the war in Ukraine could have provoked a new path for International Law with a relentless proximity to political figures so far impune.

Therefore, we pose the question: what leads the ICC to issue arrest warrants for leaders of State?

The judicialization of international relations: is it stronger in the global south?

Rules, norms, principles and decision-making procedures can mitigate the effects of anarchy and allow states to cooperate regarding the judicialization of international relations (SLAUGHTER, 2000, p. 21). The creation of international courts, therefore, facilitates incrimination.

However, as any hard law mechanism, it also implies loss of sovereignty. In this context, ICC's jurisdiction is superior to national legislation, as well as complementary to it, and with universal pretensions: even if a State did not ratify the Statute of Rome, the Court's decisions are binding to it. From a realist perspective, international law can contribute to international order by stating the basic rules of coexistence among States, only if these rules have some basis in the actual dealing of states with one another (BULL, 1977, p. 143).

However, it is seen that the practice of international law is not as neutral as defined by the treaties that compose and were created by it propose. That is, even though the ICC has faced several challenges in its efforts to prosecute individuals for crimes against humanity, the Court has been biased against African countries, as a majority of its cases have been focused on African nations (GLASIUS, 2002, p. 143).

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Regardless of the political motivations behind the ICC's focus on Africa being a pressuring force from Western countries or a desire to maintain control over African nations coming from the global north, Putin's case reveals an unprecedented approximation to the Chief of State of a great power. This could be explained by the intensified attention surrounding discussions on the crime of aggression after the 2022 invasion of Ukraine, which has united the Western world in an ideological war against Russia's actions and discourse. The ongoing deliberations on investigating and prosecuting the invasion, coupled with the relatively restrained reaction from the global south regarding a proposed specialized tribunal for holding Russian leaders accountable for the crime of aggression, illustrate the evolution of diplomatic discourse on this issue over the last twenty years (KERSTEN, 2023).

Since the establishment of the ICC in 2002, there has been significant focus on political and legal initiatives, aimed at criminalizing unlawful warfare. Nonetheless, within its twenty-one operating years, the Court hasn't yet threatened important political figures from the global north - Russia's historical counterpart on the global balance of power, the United States, similarly doesn't recognize ICC's jurisdiction. In both countries, policymakers underestimate the importance of ending impunity for international criminals because the benefits are less tangible than the concrete costs suggested by the accusation (BASS et al, 2000) of, e.g,. a powerful president before the ICC.

The debate between constitutionality and sovereignty finds a hindrance when international law is politicized, since little impartiality is seen when only African and Slavic leaders are the main targets of warrants. Is the global south prey for international law to prove its efficacy? Putin's arrest warrant, although instrumentalized by the West, can be a step toward bolder decisions from the Court directed to criminals that carry the title of president.

Impact of ICC's warrant on Putin and Lvova-Belova for children's rights

First, the ICC issued the warrants based on the violation of two war crimes under the definition of crimes of aggression in the Rome Statute (UN GENERAL ASSEMBLY, 1998): articles 8(2)(a)(vii): “unlawful deportation or transfer or unlawful

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

confinement'; and 8(2)(b)(viii) "the transfer, directly or indirectly, by the Occupying Power of parts of its own civilian population into the territory it occupies, or the deportation or transfer of all or parts of the population of the occupied territory within or outside this territory".

As it is clear, even though the war crimes are not specifically directed at children, the ICC understood children as part of a population. While it is an instance of hard judicialization in IR to protect children's rights, it is more of an innovation than a common practice. Which leads to the question: why did the ICC choose specifically these war crimes to issue Putin's warrant?

The most realistic answer regards proof. The ICC needed to demonstrate that Putin was officially involved in the crime, by either committing it himself, ordering it, or "willfully ignoring its commission by subordinates over whom they had effective responsibility and control" (FLACS, 2023). Therefore, it is possible to understand that the deportation of children was the "easiest" way to hold the Russian president responsible since the very title of Maria Lvova-Belova directly links her to him.

Of course, the fact that there is credible horrifying evidence that more than 6000 unaccompanied Ukrainian children were transferred to "re-education" camps in Russia (YALE, 2023) played a role in the prosecution is indisputable. The Commissioner has even bragged about her efforts to "relocate" Ukrainian children, claiming that they are orphans and need to be taken care of.

Final considerations

One of the main challenges for the applicability of ICC's warrants is the lack of cooperation from states, which hinder investigations and prosecutions (GLASIUS, 2002, p. 144). Concretely, there have already been affirmations of disobedience to ICC's legislation in countries that have ratified the Statute of Rome: on March 2023, Hungarian Prime Minister Viktor Orban's chief of staff, Gergely Gulyas, said that even though Hungary is a signatory to the Rome Statute, and ratified it in 2001, arresting Putin would have no basis in Hungarian law (CNN, 2023). Regardless of Hungary being a NATO member, it agrees with the Kremlin's stance that the warrant is "unacceptable". This exemplifies how unlikely Putin's condemnation is, since he can only be judged when under ICC's custody.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Moreover, the Human Rights Council released a report stating that Russian authorities have committed a wide range of violations of humanitarian international law and human rights, many accounting for war crimes such as wilful killings, attacks on civilians, unlawful confinement, torture, rape, besides the ones that prompted the warrant against Putin and the Commissioner (HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2023). One thing is clear: the ICC, whichever its motivations were, indeed gave an opportunity to improve the discussion regarding efforts to protect children's rights worldwide.

On a similar note, the Court is pointing toward bolder decisions when it comes to international relations. Even though it is very inclined for the global north ideology, the symbolic gesture of issuing a warrant for a leader of Putin's relevance finally takes the Court to its universal binding pretensions, and represents the beginning of the end of an era of sectorizing African leaders as more punishable than western ones. Finally, we believe that Russia's president won't be put into the Court's custody as soon as wished, since many pieces need to be solved in this puzzle in order to judicialize international relations without an unequal politicization of international law.

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

BASS, Gary J. et al. The United States and the International Criminal Court: national security and international law. Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

BULL, Hedley. The anarchical society: a study of order in world politics. Bloomsbury Publishing, 2012.

CNN. Hungary says it would not arrest Putin if he entered the country. Available in: https://edition.cnn.com/2023/03/23/europe/hungary-icc-warrant-putin-intl/index.html#:~:text=Hungary%20says%20it%20would%20not%20arrest%20Russian%20president%20Vladimir%20Putin,hundreds%20of%20children%20from%20Ukraine. Accessed on May 14th 2023.

FLACS, MARTI. The ICC Wants Putin. Now What?, 2023. CSIS. Available in: https://www.csis.org/analysis/icc-wants-putin-now-what. Accessed on May 11th 2023

International Criminal Court. Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Vladimir Vladimirovich Putin and Maria Alekseyevna Lvova-Belova | International Criminal Court, 2023. Available at: https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-vladimir-vladimirovich-putin-and. Accessed on May 15th 2023.

ICC. Ukraine accepts ICC jurisdiction over alleged crimes committed since 20 February 2014. https://www.icc-cpi.int/news/ukraine-accepts-icc-jurisdiction-over-alleged-crimes-committed-20-february-2014#:~:text=On%2017%20April%202014%2C%20Ukraine,2013%20to%2022%20February%202014.

International Law Commission, Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, UN, 2001

KERSTEN, Mark. 'Global South' Voices Are Muted in Debates over the Crime of Aggression: What Three Books on Illegal War Tell Us About Why. 2023.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. O Tribunal Penal Internacional. A internacionalização do direito penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas e Direito Penal Internacional http://www.cpjm.uerj.br/wp-content/uploads/2020/04/Responsabilidade-penal-das-pessoas-juri%CC%81dicas-e-Direito-Penal-Internacional.pdf

PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela. O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Referências

E O DIREITO BRASILEIRO. Available in: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33247.pdf. Accessed on May 14th, 2023.

RAMOS, André de Carvalho. O Estatuto penal internacional e a Constituição brasileira. In: Choukr, Fauzi Hassan; Ambos, Kai (org.). Tribunal penal internacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

RELIEF WEB. UN's Bachelet concerned over Ukraine orphans 'deported' to Russia for adoption, 2023. Available at: https://reliefweb.int/report/ukraine/uns-bachelet-concerned-over-ukraine-orphans-deported-russia-adoption. Accessed on May 11th, 2023.

SLAUGHTER, Anne-Marie. International Law and International Relations. Collected Courses of the Hague Academy of International Law, vol. 285, 2000, p. 21-30.

UN General Assembly, Rome Statute of the International Criminal Court (last amended 2010), 17 July 1998, ISBN No. 92-9227-227-6, available at: https://www.refworld.org/docid/3ae6b3a84.html A[accessed on 14th May 14th, 2023]

YALE SCHOOL OF PUBLIC HEALTH. Russia's systematic program for the re-education and adoption of Ukraine's children, 2023. Available at: https://hub.conflictobservatory.org/portal/sharing/rest/content/items/97f919ccfe524d31a241b53ca44076b8/data. Accessed on May 11th 2023.

GLASIUS, Marlies. Expertise in the cause of justice: Global civil society influence on the statute for an international criminal court. Global civil society, v. 2002, p. 137-168, 2002 . Available at: https://www.researchgate.net/profile/Marlies-Glasius/publication/30528585_Expertise_in_the_cause_of_justice_global_civil_society_influence_on_the_statute_for_an_international_criminal_court/links/55b5f9a708ae9289a08a8dc6/Expertise-in-the-cause-of-justice-global-civil-society-influence-on-the-statute-for-an-international-criminal-court.pdf. Accessed on May 11th 2023.

Should the EU escalate in Ukraine?

Marco Octávio de Meneses

The war in Ukraine contributes to an ongoing crisis in the European Union (EU), consisting especially of an energy crunch and a global geopolitical rivalry between China and the United States of America (USA) (TLDR…, 2023). In this analysis, I utilize constructivist insights on Russian Strategic Culture (2022), Roger Cliff's theory of conflict escalation (2023) and John Mearsheimer's view of nuclear weapons use in Ukraine (2022) to assess the costs and benefits of escalation in the Ukraine war. It must be considered, as pointed out by Aggestam (2016, p.434) that the EU does not produce unified Foreign Policy decisions. Much of that is intergovernmental, and not supranational. As a result of this, there is internal disagreement, which can lead to inaction, or increased tension.

There is little literature produced on the European Union's current geopolitical standing and much of the literature skews towards normative or economic aspects. So, in geopolitical terms, I take for granted that the EU seeks a decarbonised economy (RENEWABLE…, 2023); increased competitiveness of European firms in key technology sectors (renewables included) (LEHNE, 2020); restoring peace in their immediate neighborhood; and not getting locked down with either side in the increasingly intense US-China rivalry (LEHNE, 2020). These key interests will be the focus when evaluating the costs and benefits of escalating the war in Ukraine.

The nature of escalation

Defined by Cliff as: "an increase in the intensity or scope of conflict that crosses threshold(s) considered significant by one or more of the participants" (2023, p.8), escalation is seen as something that occurs qualitatively, referring to the entering of a new stage in the conflict (ibidem.). It can take many forms with different objectives, for example: vertical escalation, involving different types of weapons, targets, number of attacks and targets; horizontal escalation, expanding the geographical boundaries of the conflict with

different targets, bases, violating neutrality etc.; or political escalation, changing military objectives, rhetoric, demands for peace, abandoning rules of engagement etc. (ibidem., p.20).

Wars naturally have an escalatory tendency. This is due to the rarity of de-escalation: once any type of escalation has occurred, the new state of affairs is taken as the new reference point. Therefore, States decide whether or not escalation is worth it, possibly by a marginal utility calculation. That means calculations are made based on the costs and benefits of the next decision (INVESTOPEDIA, 2023). On top of that, accidental escalation can occur in a war, but accidental de-escalation is near impossible. Political de-escalation sometimes happens, typically when States are subjected to extreme conditions. For example, if a State faces the possibility of nuclear holocaust, it can become keener on surrendering (CLIFF, 2023, p.34).

There are situations in which it is not worthwhile to escalate. Consider the following: if it is not clear who has the upper hand, assuming the costs of escalation isn't appealing. Escalation can bring costs to reputation, infrastructure, and added casualties (even though these may not be perceived as that much of a problem), so it isn't always desirable. Furthermore, if both sides think they have the upper hand, it doesn't make sense to escalate, because it wouldn't bring any advantages.

How the belligerents perceive the change in the level of conflict is what matters. Different factors such as windows of opportunity and reputational costs associated with escalation can influence decisions. But, since it is the perception of the actors that matters, it makes sense to glimpse what Russian perceptions on international security can tell us. This information is more limited on Ukraine's side, but reasonable inferences can be made by what president Volodymyr Zelensky asks for internationally and what Ukrainian generals order on the field.

When and how the belligerents escalate

The key insight of constructivism is that the "objective" facts of international politics matter less than how they are perceived by different actors. In the realm of security, these perceptions can take the form of a Strategic Culture. This concept was developed by Götz and Staun (2022), and

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

it refers to how information is processed by the security establishment in a given country. In the case of Russia, there are two main ideas in Strategic Culture: a deep-rooted sense of insecurity, and the desire to be a Great Power. The reality of international politics goes through this filter in Russia's interpretation and elaboration of foreign policy.

In general, the idea that the world is dominated by a few powers with their subsequent spheres of influence permeates Russian strategic thinking. But, a few key narratives underpin the two main ideas in Russian Strategic Culture, according to Götz and Staun (2022). First, the fear of attacks is supported by four narratives: Russia is too large, there is too much to defend; Russia has been successfully invaded many times; insecurity vis-à-vis "the West", lessons learned from the invasions; this "West" tries to change regimes on Russia's periphery. Second, the ambition to be a great power is present in official documents and can be seen in Lavrov's statement. Essentially, if Russia is not a great power, it will be insecure. This is consistent with the view of zones of influence. For this reason, Russia is entitled to have its own zone (they can and should control their zones). There are ties in terms of identity with Ukraine, in addition to the view that: one, only with Ukraine can Russia become a great power; two, Ukraine has certain attributes that make it necessary (potential for economic diversification and a large market) (GÖTZ, STAUN, 2022).

Touching on these areas will elicit a tough response from Russia, including escalating the conflict (it is why there is a war in the first place). If the aforementioned goals are threatened on the battlefield, Russia can feel that it is time to escalate. It is important to note, as Mearsheimer (2022) argued in the Foreign Affairs magazine, that there is a possibility Russia uses nuclear arms in Ukraine. This is an even bigger risk when we consider the escalatory tendencies of war and the fact that neither side seems to be willing to de-escalate their demands.

With a better understanding of Russian Strategic Culture and their approach to Ukraine, I move on to consider the Ukrainian vision. Essentially, their claim is that Russian action in the region has been imperialistic, not respecting the sovereignty of the countries around it. Furthermore, there is a history of aggression and subjugation of Ukraine by Russia that Ukraine is now trying to fight by joining North Atlantic Treaty Organization (NATO). As the invaded country, their aim is rather simple: to defend their territory (REMICK, 2023).

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

We can conclude that in a situation where the war is continuously escalated by both sides, Russia would have the upper-hand. However, this isn't the only possibility, and is only really viable if Ukraine continues to get support from NATO. It can be wise, then, for Russia to draw out the war and wait for transatlantic support to halt, resulting in a window of opportunity for escalation. Finally, there is always the case wherein the conflict comes to a negotiated settlement. Right now, the only credible mediated solution is offered by China, if the belligerents resolve the conflict through those means, the war ends sooner than expected.

What can these different scenarios mean for the EU?

On an aggregate level, the EU doesn't benefit from the war, though arms manufacturers are getting a boost. It stands to reason that if there was a button the EU could press to end the war, they would press it. Lehne (2020), argues that a top priority for a geopolitical EU is to guarantee that EU firms are competitive in key sectors like artificial intelligence, quantum computing, semiconductor design etc. Since the EU fell behind on that race (ibid.), geoeconomic measures must be taken, some of which involve government subsidies, tax breaks etc. For this to happen, the EU needs money, money that can be better spent on increasing economic capabilities than financing a war in Ukraine like China and the US, the main players in this realm, is investing in these sectors.

A drawn-out conflict in Ukraine can happen if we assume that Russia is playing out the war not feeling the need to escalate to win. A full victory on the battlefield isn't necessary. As I mentioned before, if the situation gets dire enough, Ukraine can surrender (maybe give up part of their territory or be finlandized, that is, be coerced into not opposing a great power's interest). Europe seems keen on a Ukrainian victory even though US intelligence leaks make that seem less believable. Considering that public opinion largely still supports Ukraine (ECFR, 2023), and knowing that this is contingent on military performance and not having too much inflation, one must be cautious about drawing out the war.

Should the EU, then, escalate the conflict? This is a dangerous game. As I mentioned, there is always the possibility of a Russian first-strike. If this is not the case, there are other types of escalation that Russia can use to retaliate, such

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

as: attacks on European infrastructure (cyber and military); use of chemical weapons; perhaps the threat of different forms of escalation can be enough to guarantee a Russian victory. Europe has been engaged in escalating the conflict, by providing more weapons and different types of weapons to Ukraine which has kept Ukraine in the game, but makes it dependent on a steady stream of support.

EU geopolitical ambitions are best served by seeking to end the war. A gamble with NATO and the US' nuclear capabilities can dissuade Russia, and bring the conflict to an end. Alternatively, ceasing to support Ukraine would also end the war. This would entail significant reputational costs for the EU, but would free up resources to be used in strengthening geoeconomic capabilities.

Having more resources will be of utmost importance in giving some autonomy from China and the US. As this global rivalry continues to intensify, Europe cannot get into the position where making a deal with one global superpower eliminates the possibility of dealing with the other. This would lead to economically inefficient choices, and create strategic dependencies, which can be exploited down the line.

Final remarks

Europe must try to end the war in Ukraine. In purely rational terms, a gamble with Russian nuclear capabilities could work, but constructivist insights make that option appear way too risky. The tough pill to swallow is that perhaps allowing Ukraine to lose the conflict would free up resources to focus on economic development, both in Europe and abroad, with projects such as the "Global Gateway". Essentially, the goal is to assist developing countries with green infrastructure and digitalization. A coalition of State and private resources is meant to fuel this project, that has clear geopolitical ambitions, and distinguishes itself from previous approaches by trying to build mutually beneficial agreements, rather than helping out (BARBERO, 2023).

Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

AGGESTAM, Lisbeth. New actors, new foreign policy: EU and enlargement. In:SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Timothy (Orgs.). Foreign policy: theories, actors, cases. Third edition. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CLIFF, Roger. The Nature of Escalation. 2023. In: MORGAN, Forrest E; MUELLER, Karl P; MEDEIROS, Evan S; et al. Dangerous Thresholds: Managing Escalation in the 21st Century, 2023.

Fragile unity: Why Europeans are coming together in Ukraine (and what might drive them apart) – European Council on Foreign Relations. Disponível em: https://ecfr.eu/publication/fragile-unity-why-europeans-are-coming-together-on-ukraine/#conclusion-a-fragile-unity. Accessed on 20 April 2023.

Global Gateway. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en. Accessed on: 15 May 2023.

GÖTZ, Elias; STAUN, Jørgen. Why Russia attacked Ukraine: Strategic culture and radicalized narratives. Contemporary Security Policy, v. 43, n. 3, p. 482–497, 2022.

LEHNE, Stefan. How the EU Can Survive in a Geopolitical Age. Carnegie Europe - Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: https://carnegieeurope.eu/2020/02/25/how-eu-can-survive-in-geopolitical-age-pub-81132. Acesso em: 15 maio 2023.

Marginal Utilities: Definition, Types, Examples, and History. Investopedia. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/m/marginalutility.asp. Acesso em: 3 jun. 2023.

MEARSHEIMER, John J. Playing With Fire in Ukraine. Foreign Affairs. 2022. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/ukraine/playing-fire-ukraine. Acesso em: 15 maio 2023.

REMICK, David. The War in Ukraine Is a Colonial War. The New Yorker, 15 May 2023. Available at: https://www.newyorker.com/news/essay/the-war-in-ukraine-is-a-colonial-war. Accessed on: 15 May 2023.

TLDR NEWS EU. Why France and Germany have fallen out. [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6y0ct2qx4. Acesso em: 15 maio 2023.

Is China a credible mediator for the Russia-Ukraine war?

Lucas Cavalcanti dos Santos

> "Do we agree with everything in [China's plan]? No. However, it shows a will to play a responsible role and try to build a pathway to peace" - French President Emmanuel Macron, April 5th, 2023.(ABBOUD; WHITE, 2023)

Introduction

As the US accuses China of siding with Russia in the Ukraine war and placing itself on the "wrong side of history" (AFP, 2022), the world watches Washington and its allies send ever more powerful weapons to Kyiv, increasing risks of escalation. In this context, with the two biggest nuclear powers involved, directly or indirectly, in the war, China emerges as a potential broker for a negotiated solution. But is China a credible mediator?

Escalation

In March 2023, Germany sent advanced Leopard 2 tanks to Ukraine, marking a strong shift in its policy of not sending offensive weapons to countries at war (OLTERMANN, 2023). Poland also offered to send its MiG-29 fighter jets (MORTENSEN et al., 2023). Even more dangerous, though, was the United Kingdom's recent confirmation that it's supplying Ukraine with Storm Shadow missiles, with a range of 250 km, more than three times the range of Himars, sent by the US (GREGORY, 2023). This signals a clear trend of escalation, since Kyiv receives not only weapons for defending its territory, but also equipment able to strike deep within Russia's borders.

For Morgan (2008), escalation can be defined as the intensification of conflict that overcomes previous limits mutually recognized by the parties. Furthermore, he argues writes that to manage the risks of escalation, it is crucial to understand how the adversary will perceive and interpret events that have not yet occurred, and to see the world

through the enemy's eyes. Therefore, it doesn't matter too much if NATO genuinely believed it didn't pose a risk to Russian security as it incorporated new more members towards East Europe. NATO still committed a blunder by overlooking that, from Moscow's perspective, its expansion was indeed an existential threat.

Therefore, NATO was partially to blame for the escalation that ultimately led to the Russian invasion of Ukraine. And contrary to the dominant Western discourse which denies any responsibility for such escalation, blaming solely Vladimir Putin, Stephen M. Walt (2022) argues that to explain why something bad happened is not to defend it. To say that Russia invaded Ukraine in part because of NATO's expansion is not to say the aggression is right or reasonable. To deny that the West has part of the blame is to deny common sense and history (WALT, 2022). The question is: will NATO realize its mistake and correct course? Or will it throw gas on the fire and risk worsening the crisis? [Very interesting and well argued paragraph.]

After the invasion, during the first year of the conflict, Western countries had been hesitant to send Ukraine arms with offensive potential beyond its territory, in fear of escalation that could cause a spill over of the war, bringing NATO face to face with Russia. However, as noted above, this changed with the pledge and supply of advanced offensive equipment, including tanks, fighter jets, and long range cruise missiles. In this scenario, China published a mediation proposal, which I will attempt to unpack below. The aim is to understand its scope and how Beijing views a possible way out of the conflict.

China as a mediator: how does Beijing envision peace?

The Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China published the country's "Official position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis" on February 24, 2023 (MFA, 2023). It consists of a 12-point document. The first one, perhaps the most important, entails "respecting the sovereignty of all countries" (ibid.). In agreement with international customary law, China emphasizes that sovereignty is a leading value upon which a negotiated solution must be built. Ukraine was invaded by Russia, therefore, a political solution will require Russia to withdraw from Ukraine. This is a sensitive topic for Beijing as territorial integrity and sovereignty is a core principle of Chinese

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

international relations, which is especially relevant regarding the Taiwan issue.

Second, China emphasizes that one's security cannot be pursued through risking another's security. Expanding military blocs is not the way to achieve peace in Europe (ibid.). It's safe to say that China opposes NATO's expansion, as it, in the name of its members' security, puts Russia under threat. And security interests of all sides, not only one, must be accounted for. China understands this is a complex matter with no simple solution, and requires cooperation from all sides.

Third, China opposes the war, and urges restraint from all parties in order to resume talks for a ceasefire and avoid escalation. Fourth, China's position is that the only viable solution for the crises is a negotiated one (ibid.).

Fifth, China emphasizes the need for a coordinated humanitarian action to relieve human suffering through evacuation of civilians, unimpeded humanitarian access and aid. China supports the UN for this role. It's important for such issues to not be politicized and the efforts to remain as neutral as possible (ibid.). We can assume that the Chinese perspective is that politicization in this case only creates obstacles for humanitarian action and prevents the relief of suffering as both parties will refuse measures that could come with big political costs, i.e., politicized. By politicized, I mean the instrumentalization of human suffering within political propaganda by either side.

If one fears that, by allowing unrestricted humanitarian aid, the information collected there could be used by the enemy in accusations of war crimes, it follows that humanitarian aid will be restricted. The accusations might be true or false. It doesn't matter. A simple rational calculation favors blocking humanitarian aid if such aid is perceived to fuel the enemy's propaganda. This is why it's important to avoid instrumentalizing it to villainize the other side, because doing so creates obstacles for relieving human suffering through humanitarian operations.

Item 7 urges all parties to protect women, children and other victims of the conflict, including prisoners of war. On item 8, China emphasizes the need to keep nuclear facilities safe in order to prevent nuclear accidents. Parties should thus abide by international law, including the Convention on Nuclear Safety (CNS), with the International Atomic Energy Agency playing an important role. China states its opposition to the use of nuclear weapons and also

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

emphasizes that it opposes, in any circumstances, for any reason and by anyone, the research, development and use of chemical and biological weapons (ibid.).

Ninth, China proposes the Black Sea Grain Initiative consisting of Russia, Turkey, Ukraine and the UN to facilitate grain exports and alleviate the food crisis. Tenth, China opposes the use of unilateral sanctions not authorized by the UNSC as maximum pressure only makes things worse, not better, by increasing chances of escalation and hurting developing countries. On item 11, it urges all parties to oppose weaponizing the world economy in order to prevent [spillover?] pillovers and enable a faster recovery of the global economy. Finally, China offers assistance to rebuild the conflict zones after the crisis, and invited the international community for joint efforts in this sense (ibid.).

Will China succeed?

Chinese mediation faces substantial challenges. Han (2023) argues that one such obstacle is the perception that Beijing could align with Moscow against the West. Critics argue that, despite urging respect for sovereignty and territorial integrity, China has not yet condemned Russia nor demanded the withdrawal of troops from the Ukraine territory, raising questions about a "pro-Russia neutrality" (HILLE; YU, 2022).

According to Han, this skepticism may be overlooking Xi Jinping's diplomatic ambition. He writes that — considering the competition for prestige versus the US, the Taiwan issue, and the successful Chinese mediation that restored diplomatic ties between Saudi Arabia and Iran (HUBBARD; BENGALI, 2023) in March — China might actually seek another big diplomatic victory. For Han, this outcome is coherent with Beijing's foreign policy for it would reinforce China's image as a responsible power.

But will China succeed? Probably yes. It is the sole major power making any serious attempt to pursue a negotiated solution. As economic, humanitarian, and political costs of prolonging the war rise, and the risks of escalation become more visible, China's efforts will become increasingly attractive. At the tipping point, support for Ukraine will decline, and its ability to resist Russia's war machine will decay, prompting Kyiv to the negotiation table. One thing is for sure: there will be no winners.

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

ABBOUD, L.; WHITE, E. Xi Jinping to face European pressure over support for Russia in Ukraine war. Financial Times, 5 abr. 2023.

AFP. US says China's support for Russia over Ukraine puts it on 'wrong side of history'. The Guardian, 15 jun. 2022.

GREGORY, J. UK confirms supply of Storm Shadow long-range missiles in Ukraine. BBC News, 11 maio 2023.

HAN, Y. H. Mediating the Russia-Ukraine war: China enters the ring. Disponível em: <http://www.thinkchina.sg/mediating-russia-ukraine-war-china-enters-ring>. Acesso em: 7 maio. 2023.

HILLE, K.; YU, S. Xi pursues policy of 'pro-Russia neutrality' despite Ukraine war. Financial Times, 27 fev. 2022.

HUBBARD, B.; BENGALI, S. Answers to 7 Key Questions on the Saudi-Iran Deal. The New York Times, 10 mar. 2023.

MFA. China's Position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202302/t20230224_11030713.html>. Acesso em: 7 maio. 2023.

MORTENSEN, A. et al. Poland MiG-29: Warsaw becomes first NATO member to pledge fighter jets to Ukraine | CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/03/16/europe/poland-fighter-jets-ukraine-intl/index.html>. Acesso em: 15 maio. 2023.

OLTERMANN, P. German Leopard 2 tanks now in Ukraine, Berlin confirms. The Guardian, 28 mar. 2023.

WALT, S. M. The Perpetually Irrational Ukraine Debate. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/11/29/the-perpetually-irrational-ukraine-debate/>. Acesso em: 6 maio. 2023.

Homophobic War in Ukraine: a queer eye on International Security

Felipe Alexandre Moura

The war in Ukraine has highlighted how narratives and political discourses are built to justify action toward international security. Is it possible that an "anti-queer agenda" is being instrumentalized by the president Vladimir Putin in his imperialist ambitions in Ukraine? This paper is focused on discussing the role of principles and values in international security, using a queer theory[1] of international relations to explore how States' interaction might be led in this arena.

A Russian history of homophobia

Since the early 18th century, Russian laws against homosexuality have ruled queer bodies, punished the ones brave enough to live their truth and condemned tens of thousands of futures and dreams. At the beginning, the reach of the law was limited to men serving in the army and navy, but Tsar Nicholas I formally extended it to wider society in a new criminal code introduced in the 19th century. Nevertheless, the law was weaker for upper-class queer people, especially for powerful supporters of the Romanov dynasty and members of the Tsar's family, who were often granted immunity from the throne (THE MOSCOW TIMES, 2012).

After the Russian Revolution in the 20th century, the Bolsheviks revoked all tsarist laws and, by doing so, dismantled the normative mechanisms used to prosecute queer people, which attenuated the persecution against queerness. Unfortunately, Josef Stalin's rise was followed by the criminalization of consensual sex relations between men in 1934. It was just in 1993, under the Boris Yeltsin administration, that homosexuality was finally decriminalized as part of a package to bring Russian legislation in line with Council of Europe standards. However, this came too late for the hundreds of queer men who died in prison under the previous law (ibidem, 2012).

Nowadays, the status of the Russian queer community

1. In Cynthia Weber's book Queer International Relations: Sovereignty, Sexuality, and the Will to Knowledge (2016), there is a broader definition of "queer" aligned with a political stance that seeks to challenge and destabilize hegemonic discourses and practices. For Weber, "queer" is not solely about one's sexual orientation but encompasses a broader set of ideas and practices related to challenging and subverting normative categories, power structures, and hierarchies.

remains uncertain, whereas there are no legal instruments regarding the protection of queer rights in Russia. What is different now, according to Emil Edenborg (2021), is that Putin's anti-queer views and language have become even more extreme. Edenborg points out that Putin's speeches have been obsessed with promoting "traditional values", particularly when discussing the war in Ukraine (ibidem, 2021).

Queer rights at stake

In this context, the conflict has also revealed the fragility of human rights protection in Eastern Europe. Queer soldiers and their partners are not having access to rights and mechanisms historically provided for heterosexual couples. Indeed, partners of queer Ukrainian soldiers who are wounded or killed cannot visit them at the hospitals, identify the deceased, or collect state benefits – rights guaranteed for heterosexual couples (FOREIGN POLICY, 2023).

However, change may be unfolding in Ukraine due to the Russian invasion. Early this year, a bill that would recognize same-sex civil partnerships and grant queer civil partners the same rights as their married heterosexual counterparts was introduced to Ukrainian parliament, which gave rise to a civil society support (ibidem, 2023).

Therefore, Putin's political homophobia may have loosen the chains that imprisoned queer rights in Ukraine. It seems that, after imposing his extremely homophobic government by force in Donbass, Ukrainian people started to show more tolerance toward the queer community than ever, neglecting principles and values of normality and tradition envisioned by their aggressor.

Queer empowerment in Ukraine as a response to Russia's political homophobia

Russian aggression towards Ukraine has also strengthened the country's desire to join the European Union. Otherwise, we would not see a shift in Ukrainian geopolitical thinking capable of increasing tolerance towards the queer community, even if the motivation is solely to align with European values and reinforce opposition to Putin's anti-queer views.

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

As a result, the Ukrainian queer community is becoming stronger and more resilient, with a record number[2] of soldiers coming out as gay, bisexual, and transgender. Besides, the visibility of queer military members has helped to nudge some conservative members of society to become more tolerant (ibidem, 2023).

2. According to Foreign Policy (2023), more than 100 soldiers have shared their coming-out stories on the LGBTIQ Military's 13,000-plus follower Instagram account.

Although there is still a long way to go in the fight for equal rights and queer empowerment in Ukraine, considering that parts of society disagree with civil unions between same-sex partners, Putin's anti-queer rhetoric continues to fuel the movement.

Is Putin protecting Russia from Western queer values?

As I argued, a dispute between queer rights and conservative agenda is, undoubtedly, being instrumentalized by Russia in the Ukraine War disguised as a defense of "traditional values" through, mostly, preventing Ukraine from succumbing to the "Western perverted policies".

On one hand, the Kremlin promotes a heteropatriarchal definition of "family" or "traditionalism" which relates to efforts to control the visibility of queer bodies. On the other, Ukraine strives to become a better ally to the queer community, in an attempt to reinforce a liberal political alignment and, consequently, gather more support from the Western democracies to survive in the international system.

In conclusion, it is noteworthy that Putin's fears are beyond the possibility of "Western queer values" dominating Russia's zone of influence. Still, constructing a dichotomous narrative to polarize States regarding the limits of sexuality and gender in international relations might be useful to legitimize his actions towards Ukraine. Thus, an act of aggression by Russia's part, such as disrespecting Ukraine's sovereignty and self-determination, may suddenly turn to a defensive movement if Russian core principles and values are supposedly seen as threatened.

 Recebido em 26 jun. 2023 | Publicado em 26 mar. 2024

Referências

EDENBORG, E. (2018). Homophobia as geopolitics:'Traditional values' and the negotiation of Russia's place in the world. In: Gendering Nationalism: Intersections of Nation, Gender and Sexuality, pp. 67-87.

EDENBORG, E. (2021). 'Traditional values' and the narrative of gay rights as modernity: Sexual politics beyond polarization. In: Sexualities, Volume 26, Issue 1-2.

Putin's Homophobia Is Advancing LGBTQ Rights in Ukraine. FOREIGN POLICY (2023). Disponível em: https://foreignpolicy.com/2023/04/16/ukraine-russia-war-putin-homophobia-lgbtq-rights-military-civil-unions/. Acesso em: 11 mai. 2023.

A Russian History of Homophobia. THE MOSCOW TIMES (2012). Disponível em: https://www.themoscowtimes.com/2012/03/29/a-russian-history-of-homophobia-a13689. Acesso em: 11 mai. 2023.



[v. 6 | n. 1] [março | 2024]

petrel